

CAROLINE GOMES

**ABERTURA COMERCIAL E MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, do curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Flávio de Oliveira Gonçalves.

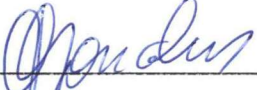
**CURITIBA
2005**

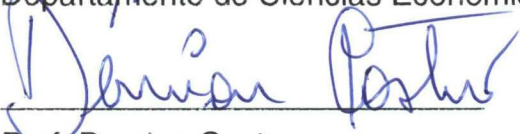
TERMO DE APROVAÇÃO

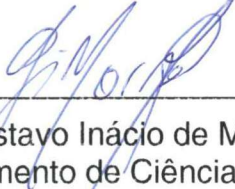
CAROLINE GOMES

ABERTURA COMERCIAL E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. Flávio de Oliveira Gonçalves
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.


Prof. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.


Prof. Gustavo Inácio de Moraes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

CURITIBA
2005

Dedico este trabalho a Deus, pela certeza de que Seu Amor existe e que minha alma é imortal.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço aos meus pais e familiares, pelo afeto e compreensão durante a realização deste trabalho;
- Ao Victor, por seu amor, carinho e amizade.
- Agradeço ao meu Professor orientador, Flávio, pela paciência e dedicação demonstrada;
- Agradeço aos meus amigos pelo incentivo e estímulo oferecidos.

A solução pro nosso povo eu vou dar
Negócio bom assim ninguém nunca viu
Tá tudo pronto aqui é só vim pegar
A solução é alugar o Brasil

Nóis não vamo paga nada, lá, lá, lá lá,
Nóis não vamo paga nada
É tudo free, tá na hora
Agora é free, vamo embora
Dar lugar pros gringo entrar
Que esse imóvel tá pra alugar

Raul Seixas

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
RESUMO.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3
2.1 ADAM SMITH	3
2.2 DAVID RICARDO	5
2.3 JOHN STUART MILL	6
2.4 KARL MARX	8
2.5 JOSEPH A. SCHUMPETER.....	10
2.6 COLIN CLARK.....	12
2.7 RAUL PREBISCH	13
2.8 RAGNAR NURSKÉ	15
2.9 ARTHUR LEWIS	16
3 PROGRESSO TÉCNICO E MUDANÇA ESTRUTURAL	18
3.1 PROGRESSO TECNOLÓGICO, DINÂMICA ECONÔMICA E NÍVEL DE EMPREGO.....	18
3.2 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E PROGRESSO TÉCNICO.....	19
3.3 MOBILIDADE INTERNACIONAL DO TRABALHO E APRENDIZAGEM INTERNACIONAL	21
3.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E MUDANÇA ESTRUTURAL	21
4 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DURANTE A DÉCADA DE 1990.....	23
4.1 SETORES AGREGADOS	26
4.1.1 Agropecuária	26
4.1.2 Indústria de Transformação	28
4.1.3 Serviços	30
4.2 SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	31
4.2.1 Minerais Não-Metálicos	32
4.2.2 Papel e Celulose	33
4.2.3 Borracha	34
4.2.4 Têxtil	35
4.2.5 Metalúrgica	37
4.2.6 Máquinas e Equipamentos	39
4.2.7 Máquinas, aparelhos e material elétrico	40
4.2.8 Material de Transporte	41
4.2.9 Química	43
5 INDÚSTRIA E MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 1990.....	47
5.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRODUTIVIDADE	47
5.2 MERCADO DE TRABALHO	51
6 CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	ÍNDICES AGROPECUÁRIA – BRASIL – 1990 –1999	27
TABELA 2 -	ÍNDICES INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL – 1990 -1999.....	29
TABELA 3 -	ÍNDICES SETOR DE SERVIÇOS – BRASIL – 1990 -1999.....	30
TABELA 4 -	ÍNDICES MINERAIS NÃO-METÁLICOS – BRASIL – 1990 - 1999.....	32
TABELA 5 -	ÍNDICES PAPEL E CELULOSE – BRASIL – 1990 -1999.....	34
TABELA 6 -	ÍNDICES BORRACHA – BRASIL – 1990 -1999.....	35
TABELA 7 -	ÍNDICES TÊXTIL – BRASIL – 1990 -1999.....	36
TABELA 8 -	ÍNDICES METALÚRGICA – BRASIL – 1990 -1999.....	38
TABELA 9 -	ÍNDICES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – BRASIL – 1990 – 1999	39
TABELA 10 -	ÍNDICES MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES – BRASIL – 1990 -1999.....	41
TABELA 11 -	ÍNDICES MATERIAL DE TRANSPORTE – BRASIL – 1990 - 1999.....	43
TABELA 12 –	ÍNDICES QUÍMICA – BRASIL – 1990 -1999.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES AGROPECUÁRIA.....	27
GRÁFICO 2 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO .	29
GRÁFICO 3 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES SETOR DE SERVIÇOS	31
GRÁFICO 4 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES MINERAIS NÃO-METÁLICOS	33
GRÁFICO 5 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES PAPEL E CELULOSE.....	34
GRÁFICO 6 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES BORRACHA	35
GRÁFICO 7 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES TÊXTIL	37
GRÁFICO 8 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES METALÚRGICA	38
GRÁFICO 9 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	39
GRÁFICO 10 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES	41
GRÁFICO 11 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES MATERIAL DE TRANSPORTE	43
GRÁFICO 12 -	EVOLUÇÃO ÍNDICES QUÍMICA	45
GRÁFICO 13 -	EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA, SEM CARTEIRA E POR CONTA PRÓPRIA – BRASIL 1990-1999	52

RESUMO

Esta monografia analisa como o emprego na indústria de transformação brasileira foi influenciado pela abertura comercial na década de 90. A análise de várias teorias de desenvolvimento econômico evidencia a influência do comércio internacional no desenvolvimento de um país. Em consequência do processo de abertura comercial, várias mudanças ocorreram nos níveis produção, importação e exportação na indústria de transformação durante a década de 1990. O nível de emprego na indústria de transformação sofreu impacto direto deste processo de reestruturação produtiva e da insuficiência de aumento do consumo interno. Concluiu-se que o processo de abertura comercial poderia ser positivo à nossa economia, desde que fossem aplicadas políticas que apoiassem o aumento de produtividade ao mesmo tempo que evitassem os efeitos negativos sobre o nível de emprego.

Palavras-chave: abertura comercial, reestruturação produtiva, emprego, indústria de transformação.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por importantes mudanças na política de comércio exterior do Brasil. Esse período caracterizou-se por um processo de abertura comercial abrangente que se iniciou no governo Collor e estendeu-se até o governo de Fernando Henrique Cardoso. Muitas foram as mudanças que esse novo regime comercial proporcionou à economia.

Deve-se ressaltar que o processo de abertura econômica do Brasil começou mais tardiamente que nos demais países em desenvolvimento e somente em 1988 o país iniciou sua reforma comercial com a eliminação dos controles quantitativos sobre as importações e uma proposta de redução tarifária. Em função do quadro de instabilidade que reinou na economia durante praticamente toda a década de 1980 grande parte dos setores da economia encontravam-se em atraso tecnológico, comparativamente aos padrões internacionais.

A grande maioria dos países que passam por um processo de abertura comercial experimenta inovações tecnológicas, entre outras, que acabam por afetar o nível de emprego e rendimento.

A abertura do mercado, foi intensificada a partir dos anos 90. Embora tenha trazido benefícios para os consumidores, através da maior disponibilidade de bens e serviços e por melhor tecnologia, neste período não aconteceu preparação para concorrência internacional antes do desencadeamento desse processo de liberalização, o que provocou um desafio aos produtores locais.

Surgiu então, a necessidade de articulação e de definição de uma política industrial efetiva que buscasse uma adaptação às transformações em curso na economia mundial e fomentasse a busca da recuperação do atraso tecnológico. No setor privado, a modernização das empresas se materializou, em um primeiro momento através da utilização de insumos importados, racionalização da produção, provocando uma profunda reestruturação industrial.

Tais mudanças promoveram a desintegração/desarticulação da cadeia produtiva, acarretando a "destruição" de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego, ao invés de gerá-los. Em consequência, isso alterou substancialmente a organização do trabalho e contribuiu para a sua degradação e precarização.

Este trabalho pretende, portanto, analisar como se deu o processo de modernização e de reestruturação da indústria de transformação brasileira, por ocasião da abertura comercial e quais foram as conseqüências para o nível de emprego neste setor.

O trabalho está dividido em cinco capítulos além dessa introdução. O segundo capítulo apresenta algumas das principais teorias de desenvolvimento econômico a fim de poder analisar quais os fatores geradores de desenvolvimento de uma economia e como o comércio internacional influencia este processo. O terceiro capítulo especifica a influência das mudanças estruturais e do comércio internacional para o desenvolvimento econômico. No quarto capítulo realiza-se uma análise da economia brasileira durante a década de 1990, a fim de poder observar as principais mudanças ocorridas na indústria de transformação brasileira e no emprego. O quinto capítulo apresenta uma síntese das principais mudanças ocorridas na indústria de transformação e no mercado de trabalho, procurando verificar como a abertura comercial poderia ter influenciado no nível de desemprego, na informalidade, além de fazer uma comparação com alguns trabalhos anteriores. O sexto e último capítulo resume as principais conclusões.

2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é, em termos gerais, um processo de crescimento contínuo de renda “per capita” real, decorrente do progresso tecnológico no sistema de produção, associado a transformações estruturais de ordem econômica, social e política.

O desenvolvimento econômico está associado de modo geral, a mudanças econômicas, proporcionadas pelo aumento da produção de bens e serviços, bem como a transformações sociais relativas a modificações na escala de valores, aspirações e motivações pertinentes à modernização da sociedade.

Os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico foram extensivamente discutidos na literatura econômica. Podendo ser observado desde a análise de Adam Smith, e outros economistas clássicos, como na obra de Karl Marx, Joseph Schumpeter, entre outros. A emergência das teorias do desenvolvimento no pensamento econômico, no entanto, acentuou-se a partir do século 20, após a crise de 1929. Estas teorias tentam analisar as profundas transformações econômicas, sociais e políticas, assim como organização da produção, da distribuição e do consumo.

Segue a seguir uma análise de algumas das principais teorias de desenvolvimento encontradas na literatura econômica, que de alguma forma podem ser relevantes no desenvolvimento deste trabalho, especialmente no que se refere à análise da dinâmica econômica estrutural, comércio internacional e progresso tecnológico.

2.1 ADAM SMITH

SMITH¹ citado por SOUZA (1997), acredita que o crescimento econômico pode ser obtido em estruturas onde as leis de mercado e as estruturas naturais deste possam prevalecer sem restrições. Embasado na idéia da “mão invisível”, que permite uma estrutura de mercado perfeitamente competitiva, supõem que se cada membro da sociedade for livre para poder buscar seus próprios interesses,

¹ SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

contribuirá para o bem estar social, resultando no aumento do produto, e numa ordem econômica harmoniosa e benéfica.

Segundo BALDWIN E MEIER (1968), na análise de Smith a divisão do trabalho e a especialização conduzem a um aumento da destreza dos trabalhadores, reduzindo-se assim o tempo necessário para a produção de bens e a invenção de melhores máquinas e equipamentos. Este princípio apresenta uma propensão natural que os indivíduos tem de negociar, mostrando que o auto-interesse conduz a um intercâmbio. Com o aumento da produção por trabalhador, dispõe-se de maiores quantidades de bens para trocar, em relação às necessidades individuais de consumo. Como todos os trabalhadores estão na mesma situação, as trocas internas ampliam-se e sobram excedentes que precisam ser exportados.

A abertura de novos mercados possibilita que alguém produza um produto específico. Muitas vezes, a produção apenas para o mercado local é tão pequena que não justifica que alguém se dedique a um único produto. Quando o mercado se torna regional, nacional e internacional, não apenas fica viável alguém produzir tal produto em larga escala, como torna possível as pessoas se especializarem em tarefas específicas. A extensão dos mercados determina o nível dos lucros, a taxa de demanda de trabalho e, indiretamente, a oferta de trabalho de longo prazo, via aumento do diferencial entre os salários de mercado e o salário de subsistência. O crescimento dos salários amplia a dimensão do mercado e facilita a ocorrência de maior grau de divisão do trabalho, reiniciando o processo cumulativo de desenvolvimento. A divisão do trabalho constitui, pois, a força dinâmica e depende da extensão dos mercados interno e externo. Um mercado restrito equivale a pouca divisão do trabalho, baixa produtividade e, então, pouco dinamismo de crescimento. O mercado se amplia pelo crescimento demográfico, pela elevação dos salários reais e maior abertura da economia ao exterior. A demanda em crescimento eleva investimentos e os lucros, gerando maior nível de desenvolvimento (SOUZA, 1997, p. 96).

A acumulação de capital desempenha um papel crucial para que isso ocorra, ao ampliar a demanda por trabalho, ampliar o mercado e elevar a massa salarial, no sentido de tornar os trabalhadores mais produtivos, pois são estes que agregam valor ao produto, ou que geram riqueza. Maiores níveis de renda produzem poupanças crescentes, que se transformam em investimentos. O progresso técnico,

elevando os lucros, permite ao empresário pagar salários crescentes. Contudo, o crescimento demográfico exagerado coloca um limite à expansão dos salários, e a concorrência entre os produtores acaba deprimindo a taxa de lucro no longo prazo (SOUZA, 1997, p. 1997).

2.2 DAVID RICARDO

Para RICARDO² apud SOUZA (1997, p. 100), o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores, o que gerava elevações dos salários nominais e do valor dos fundos dos salários, necessários para contratar trabalhadores produtivos, adquirir meios de produção e elevar o nível do produto.

Este autor constrói sua análise a partir da Lei dos Rendimentos Descrentes, segundo a qual os proprietários de terra obtém uma renda diferencial através da utilização de terras menos férteis. As terras mais férteis são cultivadas antes das menos férteis. A medida em que ocorre o crescimento populacional o preço de certos produtos agrícolas tende a subir. Esse aumento de preços possibilita a inclusão de terras de segunda categoria na produção de alimentos, cujo custo precisa ser coberto pelo preço do produto no mercado.

Como o preço de mercado é único para todos os produtos, tanto para os que produzem nas terras de primeira como as de segunda categoria, os produtos das terras de primeira categoria obterão um rendimento suplementar, uma vez que o custo de produção nessas terras é mais baixo. Esse rendimento adicional seria a renda que Ricardo chamou de “renda diferencial”. Esse processo continuaria a medida em que a população aumenta e a procura por alimentos também aumenta.

Os capitalistas desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento ao arrendar terras para produzir alimentos e contratar trabalhadores. Para ele, as condições de produção na agricultura são fundamentais, porque as taxas de salários e de lucro prevalentes nesse setor refletem-se no resto da economia (SOUZA, 1997, p. 102). Na dinâmica econômica ricardiana o crescimento do nível de emprego depende do nível de acumulação de capital.

² RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: 1982.

Existe uma tendência à queda da taxa de lucro, na medida em que o salário natural de subsistência dos trabalhadores eleva-se em razão dos rendimentos decrescentes na agricultura, o que aumenta os custos de subsistência dos trabalhadores. Contudo a elevação do salário natural poderia ser minimizada pela introdução de inovações tecnológicas na agricultura e pela livre importação de alimentos.

Para este autor o desenvolvimento depende do progresso tecnológico da agricultura e de legislações favoráveis à acumulação de capital, como as que possibilitam a importação de alimentos mais baratos para o consumo dos trabalhadores. Isso ocorrendo, terras marginais de pior qualidade poderão ser abandonadas, reduzindo os custos de produção e elevando a taxa de lucro.

RICARDO (1982) acredita que um país pode obter benefícios através do comércio internacional. O “Princípio das Vantagens Comparativas” sugere que cada país deve especializar-se na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente, portanto, a mercadoria ser exportada, por outro lado, esse mesmo país deverá importar aqueles bens cuja produção implicar custo relativamente maior, ou seja, cuja produção é relativamente menos eficiente. Supondo que cada país tenha uma quantidade limitada de recursos, através das trocas internacionais poderão economizar recursos, produzindo aquilo que comparativamente tiver vantagens relativas. Desse modo explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, com base na qual se concretiza o processo de troca entre países.

2.3 JONH STUART MILL

MILL³ apud SOUZA (1997) apresenta uma visão diferenciada sobre a influência do progresso técnico sobre a distribuição do produto entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra.

Seguindo a mesma idéia de RICARDO (1982), MILL (1983) acredita que com a ocorrência de crescimento demográfico e com a maior demanda de alimentos; sem melhorias tecnológicas, a utilização de terras menos férteis aumentaria a renda das

³ MILL, J. S. **Princípios de economia política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

melhores terras. Quando considera o capital e a população fixos, supõem que aperfeiçoamentos repentinos nas técnicas de produção, tais como máquinas mais eficientes, processos mais baratos, ou importação de insumos mais econômicos, acarretariam o barateamento dos alimentos, a redução dos salários nominais e o aumento dos lucros. Desta forma as inovações que ocorrem na produção de bens reduziriam seus preços e, conseqüentemente os salários dos trabalhadores.

Para o autor os aperfeiçoamentos na agricultura são fundamentais para o desenvolvimento econômico, tanto para baratear os alimentos como para reduzir os custos dos insumos de origem agrícola utilizado pela indústria. Tais aperfeiçoamentos podem ser de dois tipos: As inovações que economizam trabalho e que com a mesma área e menos trabalhadores, produz-se a mesma quantidade de produto. E as inovações que economizam terra, onde com a mesma área e a mesma quantidade de trabalhadores, cultivam-se maiores quantidades de produto ou a mesma produção, em área menor, com menos trabalhadores. Neste caso, não sendo necessária uma produção maior, as terras marginais podem ser abandonadas: o preço dos produtos, os salários nominais e a renda se reduzem e os lucros aumentam.

MILL (1983) citado por SOUZA (1997) afirma que, economizando-se tanto a terra como o trabalho, o efeito sobre as terras marginais é ainda mais intenso: as áreas melhores produzindo mais, com menos trabalho exercem fortes impactos sobre a redução dos preços dos produtos agrícolas e dos salários nominais, elevando os lucros. No segundo tipo de inovação, o efeito sobre os preços será maior do que no primeiro, porque ao efeito tecnologia deve-se acrescentar o efeito recuo da margem extensiva para as terras de fertilidade superior.

Se as variações tecnológicas forem mais importantes, a renda os preços e os salários monetários tenderão a baixar e os lucros a subir. Se a população se expandir com maior velocidade que o progresso técnico na agricultura, cairá tanto a disponibilidade de alimentos como os salários reais e os lucros e a renda aumentará. As inovações tecnológicas ocorridas na agricultura tendem a penalizar os proprietários de terras. Na ausência de inovações, com o crescimento demográfico, o custo de subsistência dos trabalhadores tende a elevar-se e os custos a declinar. Estes últimos efeitos podem, ser neutralizados pela tecnologia apesar do aumento da população (SOUZA, 1997, p. 112-118).

2.4 KARL MARX

A conflito de classes está no centro da análise marxista. A classe capitalista explora os meios de produção dos trabalhadores e têm seus esforços orientados para a expansão do fluxo de mais-valia que eles absorvem. Desta maneira, estão aptos a elevar o seu padrão de vida, e ao consumir uma parte daqueles excedentes, podem também aumentar o seu poder na sociedade.

A mais-valia aumenta através do acúmulo cada vez maior de capital e pela ampliação do volume de trabalho. Os fundos para a acumulação vêm da própria mais-valia, e o trabalho adicional requerido é fornecido por uma população cada vez mais numerosa.

As condições mais favoráveis para o trabalho são a acumulação dentro de um determinado estágio de técnica, porque no processo de reinvestimento a demanda de trabalho pode aumentar mais rapidamente do que o crescimento natural da população, levando assim, a um padrão de vida mais alto para os trabalhadores. Mas mesmo com uma dada tecnologia, o aumento resultante dos salários engendraria algumas forças neutralizadoras que deteriam a alta dos salários. Se estes aumentam com demasiada rapidez, o ritmo de acumulação pode diminuir, dado que depende da taxa de lucros; assim, cai o ritmo de incremento da demanda de trabalho. A taxa mais alta de salários ajuda a aumentar as taxas de natalidade aumentando conseqüentemente a oferta de trabalho com mais rapidez (BALDWIN E MEIER, 1968).

Quando o progresso técnico é introduzido os capitalistas tornam-se aptos a expandir ainda mais a sua mais-valia pela introdução de invenções poupadoras de trabalho, que elevam a produtividade de uma determinada quantidade de tempo de trabalho, ao invés de apenas acumular pela duplicação de antigos métodos produtivos.

Os trabalhadores desempregados, deslocados pelas máquinas, denominados, exército industrial de reserva, mantêm os salários sob controle. Esse contingente de desempregado, regulando os salários, evita quedas da taxa de lucro. Este exército surge em virtude de os novos capitais incorporados como meios de produção empregarem cada vez menos trabalho e os capitais substituídos liberarem quantidades maiores de trabalhadores. É a proporção entre o exército industrial de

reserva e a população trabalhadora total que regula os salários e não a população total (SOUZA, 1997 p. 128) .

Para Marx, a acumulação de capital, motora do crescimento econômico, piora a situação dos trabalhadores, e não se traduz em desenvolvimento. O número de trabalhadores aumenta rapidamente, e em número maior do que o aumento do capital adicional pode absorver desse excedente populacional. Conseqüentemente, à medida que a acumulação de capital aumenta tende a piorar a situação da classe trabalhadora.

Segundo SOUZA (1997, p. 129), para MARX⁴, a evolução e crescimento são fenômenos de desequilíbrio. O progresso técnico traz desequilíbrios e modificações nas relações de produção. Estas geram conflitos entre os agentes econômicos, os quais influenciam o desempenho econômico. A solução dos conflitos leva a modificações das estruturas sociais e econômicas, com o surgimento de instituições mais favoráveis ao crescimento econômico. As contradições do capitalismo darão origem, na visão de Marx, a um novo sistema de estado estacionário: o socialismo.

Ele ainda afirma que as variações da taxa de lucro e seus efeitos sobre a acumulação do capital constituem uma importante fonte explicativa dos ciclos econômicos. Segundo Marx, o desenvolvimento capitalista efetua-se através de ciclos e crises periódicas. A transformação do capitalismo em socialismo não ocorrerá porque a economia chegará a um estado crescimento zero, mas pelas contradições do modo de produção, que levam às lutas de classe.

A taxa de lucro declina no longo prazo em razão da lei contraditória do desenvolvimento capitalista, a expansão gradual da composição orgânica do capital, com deterioração contínua do nível de vida dos trabalhadores. O caráter contraditório da expansão capitalista está na ampliação dos meios de produção, com a deterioração simultânea do poder de compra dos trabalhadores. Esse sistema tende a se autodestruir no longo prazo, dando origem à sociedade socialista.

⁴ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

2.5 JOSEPH A. SCHUMPETER

SCHUMPETER⁵ apud BALDWIN E MEIER (1968) e SOUZA (1997) e percebeu com nitidez a importância de incorporar a questão da mudança industrial e a inovação dentro da análise econômica. Esta visão deriva de seu interesse pela dinâmica econômica, pela evolução e desenvolvimento da economia capitalista.

Um traço básico da concepção schumpeteriana de desenvolvimento econômico é seu caráter descontínuo e cíclico, assim como o papel central que se atribui à inovação e novas combinações na explicação dessa dinâmica cíclica e em especial, às ondas de novos empresários.

O desenvolvimento, apresenta-se intimamente ligado ao conhecimento tecnológico, à existência de instituições eficientes e ao espírito capitalista dos negócios.

A figura central na análise do processo de desenvolvimento de Schumpeter é o empresário. O empresário schumpeteriano é inovador e empreendedor de novas combinações de fatores de produção. Ele destaca-se sua capacidade empreendedora e seu valor para lançar as novas empresas em um contexto dominado sempre pela incerteza e inércia social frente a mudança. O objetivo do empresário é a obtenção de benefícios extraordinários mediante uma competência que se baseia na inovação.

O banqueiro também é um agente importante no contexto de desenvolvimento analisado por Schumpeter, ele possibilita combinações que só são possíveis devido ao capital criado pelos bancos em forma de créditos.

De acordo com BALDWIN E MEIER (1968) o contexto da análise schumpeteriana é uma economia de concorrência pura em um estado estacionário, isto é, na qual não há nem investimento líquido, nem crescimento de população, e na qual prevalece o pleno emprego. Há no entanto, oportunidade para novas combinações dos meios de produção. Estas oportunidades de lucros são reconhecidas pelos empresários que se preparam para explorá-las. Para obterem os recursos necessários para a efetivação das inovações, os empresários tomam

⁵ SHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York: Oxford University Press, 1954.
SHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

emprestado dos bancos criadores de crédito e “fazem uma incursão na corrente circular”.

Os inovadores originais são logo seguidos por uma série de outros empresários de outras atividades industriais. O impulso, então, ganha velocidade. As empresas dinâmicas, criam mercado ao aumentarem a produção e os gastos com insumos, máquinas, equipamentos e com pessoal produtivo e administrativo. Geram-se efeitos de encadeamentos para frente e para trás no processo produtivo, assim como efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda. Isto, por sua vez, induz uma onda econômica secundária que é imposta à atividade inovadora. A fase de auge iniciada conclui-se quando acabam sendo absorvidos os impactos gerados pelos grupos de inovadores, se reduzem as expectativas de benefícios e se criam as condições para uma nova posição de equilíbrio.

Para SOUZA (1997, p. 180-181), SCHUMPETER⁶ avalia que a demanda gerada pelos novos empresários quando entram no mercado eleva os preços dos bens de produção, causando prejuízos às empresas que utilizam processos antigos e menos eficientes. Ademais, os novos produtos chegam ao mercado e concorrem com os antigos. A concorrência provoca a queda dos preços dos bens de consumo final e eleva o custo dos bens de capital e das matérias-primas, podendo dar fim ao *boom* e precipitar uma crise. A instabilidade do sistema capitalista sinaliza o desequilíbrio do crescimento e o estado estacionário.

SOUZA (1997) ainda afirma que, para Schumpeter, o enfraquecimento das instituições e a mudança dos valores básicos resultante levariam o sistema capitalista a transformar-se no socialismo. Apesar disso, o crescimento econômico continuaria, através do progresso técnico, que viabilizaria a acumulação de capital. A expansão dos salários e a redução de preços levariam a um desenvolvimento com melhor distribuição de renda.

⁶ SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

2.6 COLIN CLARK

CLARK⁷, conforme BALDWIN E MEIER (1968), demonstrou através de dados estatísticos os efeitos do progresso técnico sobre a evolução da economia. Partindo de estudos sobre a renda nacional para relacionar os graus de evolução dos países e a produtividade do trabalho. Introduziu a divisão das atividades econômicas em setores, primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços) podendo desse modo, expressar o desenvolvimento das sociedades industriais.

De acordo com LEITE (1983), Clark identifica em seus estudos que o desenvolvimento econômico se caracteriza por um aumento da importância do setor industrial. Durante este processo a economia atravessa três estágios. No primeiro, em sociedades subdesenvolvidas, a agricultura é a atividade dominante e a principal empregadora de mão-de-obra. À medida que a economia evolui passa ao segundo estágio, e a indústria de transformação passa a ocupar uma significativa posição relativamente aos demais setores. Em um estágio mais avançado o setor terciário (serviços) incrementa-se, enquanto o setor secundário atinge um ponto máximo e começa a declinar relativamente. Estes argumentos se referem em particular às mudanças estruturais do emprego da mão-de-obra, apesar de a renda seguir comportamento similar ao do emprego no processo de desenvolvimento.

Segundo BALDWIN E MEIER (1968), Clark percebe que conforme o país se desenvolve, a parcela da população que se dedica na produção primária, (agricultura, pesca, etc.), declina, enquanto a proporção terciária de produção (comércio, transportes e serviços) aumenta e a proporção ocupada na produção secundária (manufaturas, mineração, produção) se eleva a um máximo e então começa a diminuir, o que indica que a nação atinge um estágio de máxima industrialização, além do qual a indústria começa a declinar em relação à produção terciária.

Para o autor o afastamento do trabalho na produção primária no sentido da indústria de serviços, é tanto uma consequência, como uma indicação de elevação do nível de vida.

⁷ CLARK, C. Conditions of Economic Progress. Londres: Macmillan and Co, 1940.

Uma baixa renda real per capita está sempre associada a uma baixa proporção da população trabalhadora engajada na produção terciária e uma alta percentagem na produção primária. Uma alta renda real média per capita completa uma ampla proporção de produtores terciários deve ser buscada, principalmente, no lado da demanda. Quando a renda se eleva, a demanda de tais serviços aumenta, e sendo não transportáveis devem ser proporcionados por trabalhadores que estão dentro do país em questão⁸.

2.7 RAUL PREBISCH

Partindo da análise da teoria das vantagens comparativas, segundo a qual os países deveriam especializar-se nos produtos que apresentam vantagens comparativas de custo, PREBISCH⁹ apud SOUZA (1997, p. 200) percebeu que a situação dos países latino-americanos tenderia a se agravar devido à deterioração dos termos de troca de suas exportação não-industriais.

Numa fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, elevando a demanda por alimentos e matérias-primas ofertados pelos países periféricos. Como consequência os preços desses produtos ficam mais favoráveis o que faz com que os aumente-se sua oferta. No entanto, quando os preços começam a cair novamente os produtores desses países não conseguem reduzir num curto período a oferta de alguns produtos, o que acaba fazendo com que os preços agrícolas tendam a cair ainda mais nesta fase descendente. Segundo PREBISCH (1950), a oferta de produtos agrícolas tem uma queda menos que proporcional, enquanto a oferta de produtos industrializados, produzidos pelos países centrais, se ajusta imediatamente à demanda e aos preços. Pela troca desigual a pressão de custos é repassada à periferia.

Para SOUZA (1997, p. 201) a argumentação de PREBISCH (1950) de que os preços dos produtos agrícolas caem secularmente em relação aos produtos industriais, consequentemente não ocorre a transferência internacional do progresso técnico, em direção dos países subdesenvolvidos. Pelo contrário, o excedente dos

⁸ Citado por BALDWIN E MEIER (1968), página 262.

⁹ PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, ano 3, n 3. p. 47- 1^o 1, set 1950.

países periféricos flui para os países centrais, aumentando ainda mais a distância que os separa dos países ricos.

Diante da constatação de deterioração das relações de troca contra os países exportadores de produtos primários e impossibilidade de transferência dos ganhos do progresso técnico para a periferia a única alternativa prooosta por Prebisch para os países periféricos foi industrializar-se e procurar diversificar os mercados externos. A industrialização deveria ser efetuada através da substituição das importações.

Segundo o autor, o desenvolvimento latino-americano consistia em algumas estratégias apontadas por PREBISCH (1950):

- a) Compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, através do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações;
- b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo na criação de infra-estruturas básicas;
- c) realização de reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, através da expansão do mercado interno;
- d) maior participação do Estado na captação de recursos e na implantação da infra-estrutura básica, como energia, transportes, comunicações, etc.

Quando na CEPAL, Prebisch elaborou um modelo de desenvolvimento dual, segundo o qual as economias latino-americanas seriam constituídas por dois setores: um atrasado, arcaico e pré-capitalista; outro moderno, industrializado, avançado, integrado à economia internacional e capitalista. Se por um lado o setor atrasado poderia ser fonte de mão-de-obra barata para o setor moderno em expansão, por outro, a existência de dualidade retardaria o aumento da produtividade na economia como um todo e a oferta agrícola própria do setor tradicional seria inelástica, não correspondendo ao aumento da demanda nos

centros urbanos, criando sérios pontos de estrangulamento e provocando inflação, elevação de preços de alimentos e matérias-primas.

A solução seria a reforma agrária, que transformaria os latifúndios e minifúndios em empresas agrícolas, aumentando a oferta e reduzindo os preços nas cidades. Desse modo seria possível manter o nível de emprego e dinamizar o setor moderno da economia impulsionando o processo de industrialização.

2.8 RAGNAR NURSKE

Acreditando que o investimento isolado nem sempre apresenta rentabilidade devido à pequena dimensão do mercado interno, NURSKE¹⁰ apud SOUZA (1997), sugere que incentivos governamentais concedidos, como redução tributária, melhorias na infra-estrutura etc., aumentam o grau de competitividade das exportações. Mas, nem sempre isso poderia se mostrar suficiente. Para ele, a solução estaria dentro do mercado interno.

Conforme citado por SOUZA (1997, p. 238-240) as quantidades produzidas poderiam aumentar pela implantação simultânea de atividades ligadas tecnologicamente e também pelo aumento da demanda final do produto, em função do efeito-renda: os trabalhadores de uma atividade *i* seriam consumidores das demais.

Através do crescimento equilibrado, de acordo com a Lei de Say, a oferta cria sua própria demanda. Este crescimento equilibrado fundamenta-se na idéia de que as necessidades humanas crescem de maneira equilibrada. Assim, os capitais deveriam distribuir-se proporcionalmente entre as diferentes indústrias em função da taxa de crescimento da demanda pelos diferentes produtos. O crescimento equilibrado aparece, portanto, como meio de aumentar o tamanho do mercado e criar estímulos adicionais aos investimentos.

O autor enfatiza que a suposição básica de NURSKE (1957) é que uma onda de investimentos, realizados em um conjunto indústrias diferentes, pode ser bem sucedida, enquanto que qualquer aplicação de capital por meio de um empresário individual em determinada indústria tende a fracassar, em princípio, ou a ser

¹⁰ NURSKE, R. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

bloqueada pela pequena dimensão do mercado interno. A grande vantagem do grande impulso está no aumento do estoque de capital, na ampliação do tamanho do mercado e na possibilidade de especialização e aumento da eficiência, podendo romper com o círculo vicioso da pobreza.

Neste contexto o Estado tem influência estratégica. Em países subdesenvolvidos a oferta de capital não é ilimitada, sendo que cabe a ele mobilizar recursos para os investimentos adequados e assegurar as condições necessárias ao êxito dos empreendimentos.

2.9 ARTHUR LEWIS

Este autor elaborou um modelo dualista de desenvolvimento, no qual o grande setor não capitalista da economia, localizado no campo, fornece recursos para a expansão do setor urbano, capitalista, mediante a abundância de reservas de mão-de-obra, deslocadas para o setor produtivo da economia.

De acordo com TODARO (1997), no modelo de Lewis, economias subdesenvolvidas consistem em dois setores: Um setor tradicional, setor subpovoado de subsistência rural caracterizado pela produtividade marginal do trabalho igual a zero – uma situação que permite a Lewis classificar isso como oferta de mão-de-obra no sentido de que pode sair do setor agrícola, sem nenhuma perda para o produto; E outro setor industrial moderno, urbano de alta produtividade para o qual a força de trabalho da agricultura de subsistência é gradualmente transferido.

O primeiro foco do modelo é a transferência da força de trabalho o crescimento do produto e emprego no setor moderno. Mas, a transferência da força de trabalho e o crescimento do emprego são conduzidos pela expansão do produto nesse setor. A velocidade com que essa expansão ocorre é determinada pela taxa de investimento industrial e acumulação de capital no setor moderno. Como o investimento é possível no setor pelos lucros do setor sobre salários, assume-se que os capitalistas reinvestem todo os seus lucros. Finalmente, o nível de salários no setor urbano industrial é assumido como constante e determinado como um prêmio acima do nível do salário fixado no setor tradicional agrícola. Lewis assume que os salários urbanos serão ao menos 30% acima da média da renda rural para induzir trabalhadores a migrarem para estas áreas. No salário urbano constante, a curva de

oferta da mão-de-obra do setor rural para o setor moderno é considerada perfeitamente elástica.

A expansão econômica ocorre quando o excedente capitalista é utilizado. À proporção que é reinvestido na criação de um novo capital, motiva a absorção de mão-de-obra proveniente do setor de subsistência. O limite para a expansão é atingido quando o excedente de mão-de-obra se esgota. Muitas razões podem deter o processo de desenvolvimento, mas o motivo econômico principal é a possível elevação real dos salários até diminuir os lucros dos capitalistas de modo a atender apenas as necessidades de consumo, ou seja, sem que ocorra investimento líquido. O setor agrícola deve ser levado a aumentar a produtividade, desestimulando a evasão de mão-de-obra para outros setores.

Tentando explicar a deterioração dos termos de troca entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em sua análise de comércio internacional pretende mostrar que os custos de produção de matérias primas e da indústria estão relacionados com a receita do setor agrícola, que por sua vez depende do nível de produtividade na produção de alimentos. Seria este, em última estância, o responsável pela deterioração do comércio internacional.

3. PROCESSO TÉCNICO E MUDANÇA ESTRUTURAL

A evolução dos sistemas econômicos modernos mostra que, com o decorrer do tempo os níveis absolutos dos indicadores macroeconômicos básicos, tais como Produto Nacional Bruto, Consumo Total, etc. mudam permanentemente. A curto prazo, não é sempre fácil perceber as mudanças que são puramente transitórias e reversíveis, e as mudanças estruturais que são permanentes e irreversíveis. Mas a longo prazo, os desvios provisórios anulam-se quando as tendências básicas principais emergem mais claramente.

Pasinetti em *Structural Economic Dynamics* (1993), procurou descobrir as inter-relações entre movimentos cumulativos dos valores macroeconômicos e as mudanças que ocorrem na estrutura econômica.

O autor acredita que, em economias em desenvolvimento, diferente do que acontece em economias desenvolvidas, a estrutura de produção não permanece estável, mas submete-se a mudanças sistemáticas e irreversíveis. Isto pode ser visto em análises de curto prazo e é ainda mais evidente examinando-se períodos mais longos.

3.1 PROGRESSO TECNOLÓGICO, DINÂMICA ECONÔMICA E NÍVEL DE EMPREGO

PASINETTI (2003) procurou analisar o impacto do progresso técnico industrial na dinâmica econômica. Progresso técnico, segundo ele, é entendido como o aumento da produtividade que dota os indivíduos da possibilidade de obter quantidades maiores de bens e serviços, ou de um número maior de bens e serviços novos. Isto significa um aumento concreto das possibilidades de consumo devido a um aumento real na renda per capita.

Para ele, as melhorias tecnológicas trazem mudanças eficazes da produção. Com isso acabam ocorrendo mudanças nas decisões de consumo de bens e serviços. Sua discussão gira em torno das relações existentes entre os aumentos na renda real e a expansão da demanda por bens de consumo em decorrência da evolução do progresso técnico.

Para que uma economia possa crescer em pleno emprego, é necessário o equilíbrio entre a produção potencial, dado a tecnologia prevalecente, e a quantidade de trabalho que deve ser absorvida pelos processos produtivos, afim de que a produção potencial se torne eficaz.

O nível de emprego muda continuamente nos vários setores, expandindo-se em alguns setores e contraindo-se em outros. Para que o pleno emprego total seja mantido, pressupõe-se que a manutenção em um nível global requer um processo contínuo de realocação do emprego em nível setorial.

Ele acredita que para se opor ao processo de desemprego tecnológico deve ocorrer um aumento da demanda per capita da demanda. Entretanto, a demanda para cada produto é limitada a longo prazo.

Uma segunda maneira contém a tendência ao desemprego tecnológico é a introdução de novos processos produtivos, ou bens e serviços novos, ou melhores. Para o autor, o progresso técnico não se restringe a aumentos na produtividade, mas também na invenção, experimentação, e difusão de novos bens e serviços.

O progresso técnico traz com ele um fluxo contínuo de um novo potencial produtivo, permitindo escolhas variadas: uma quantidade maior de bens de consumo com o mesmo esforço, ou novos e melhores bens, ou uma diminuição dos esforços com o mesmo nível da produção.

3.2 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E PROGRESSO TÉCNICO

A difusão do conhecimento técnico consiste uma fonte preliminar dos ganhos das relações econômicas internacionais. Porém, sabe-se que a possibilidade de aprendizagem internacional considerada isoladamente não é tão ampla, como pôde aparecer à primeira vista.

Ainda que o conhecimento técnico acumulado possa atingir uma grande escala de campos a parcela deste conhecimento técnico de que um país não desenvolvido pode captar é somente uma pequena fração do total.

As relações de comércio internacional devem proteger o nível de emprego na economia, de modo que o desemprego seja impedido e sejam feitos esforços para melhorar a produtividade, gerando ganhos reais a ambos os países.

Seguindo o Princípio das Vantagens Comparativas de David Ricardo, PASINETTI (1993) considera que um país que deseje comercializar internacionalmente deve concentrar-se na produção daqueles produtos com os quais pode obter níveis de produtividade mais elevados, podendo aumentar para ambos os países a quantidade física daqueles produtos em que se especializou. Naturalmente, este país irá comercializar este produto em troca de outros produtos que um outro país produz com as mesmas vantagens.

Um aspecto importante para um país que tenha desemprego é o mecanismo decorrente da importação de produtos. Se este produto tem um preço mais baixo do que aquele produzido localmente, promove o desemprego local, que não é compensado pela re-absorção naqueles setores que aumentaram a produção para a exportação, provocando uma perda líquida para o país. Embora alguns povos possam obter ganhos pagando o preço internacional mais baixo, os trabalhadores que produziram de outra maneira esse produto acabam desempregados.

Para PASINETTI (1993) é somente quando todas as possibilidades para aumentar a aprendizagem forem feitas, isto é todos os esforços possíveis forem feitos para se obter ganhos internacionais, que um país em desenvolvimento pode esperar obter ganhos adicionais do comércio internacional. Em outras palavras, os benefícios possíveis do comércio internacional são subordinados aos benefícios da aprendizagem internacional.

Para ele, a aprendizagem internacional representa uma fonte preliminar de ganhos internacionais, em que o comércio internacional age através da especialização naqueles campos onde os custos comparativos são vantajosos.

Todos os aumentos na produtividade que ocorrem dentro de um país ficam na esfera de comércio internacional deste país. Mesmo que se faça uso dos benefícios que se derivam das diferenças nos custos comparativos, não há nenhuma possibilidade de transferir os aumentos da produtividade de um país a outro. Para o autor, isto explica o aumento das disparidades de renda per capita entre os países e o porquê dos sistemas econômicos serem substancialmente fechados no que diz respeito aos aumentos na produtividade.

Concluindo, os benefícios dos aumentos de produtividade permanecem dentro do país onde ocorrem. Normalmente, são transferidos aos habitantes do país

em consideração, com os aumentos na renda per capita através dos aumentos nas remunerações dos fatores da produção.

3.3 MOBILIDADE INTERNACIONAL DO TRABALHO E APRENDIZAGEM INTERNACIONAL

Os aumentos na produtividade que são realizados dentro de cada sistema econômico são mantidos dentro do sistema que os produz, mas o conhecimento técnico, que é a fonte de tais aumentos da produtividade, é totalmente móvel. A difusão do conhecimento técnico pode certamente beneficiar todos aqueles que a recebem, sem prejudicar de alguma forma aqueles que a transferem.

PASINETTI (1993) acredita que a aquisição do conhecimento técnico por sistemas econômicos pobres representa um fator fundamental para que estes possam desenvolver-se e para a eliminação das disparidades das rendas per capita que são observadas em todo o mundo.

O crescimento da produtividade depende do processo de aprendizagem, independentemente da existência de comércio internacional. Conseqüentemente torna-se importante que os países de baixa renda especializem-se na produção para exportação naqueles campos onde podem conseguir maiores taxas de crescimento. Nas sociedades industriais modernas a riqueza de uma nação é fundamentada principalmente no conhecimento técnico que seus habitantes podem adquirir. A importância relativa deste tipo de riqueza tem aumentado progressivamente.

Aquelas nações atrasadas devem se esforçar afim de acerca dos processos de aprendizagem, uma vez que não é seguro confiar nos aumentos de produtividade que ocorrem no exterior. Pois, o conhecimento técnico pode ser difundido e aprendido, mas os aumentos nas produtividades que dele derivam são mantidos dentro do sistema econômico em que são realizados. É a aquisição do conhecimento que eventualmente faz à riqueza de uma nação.

3.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL E MUDANÇA ESTRUTURAL

GONÇALVES E TEIXEIRA (2002) procuram analisar as mudanças estruturais decorrentes da inclusão de uma economia em desenvolvimento no comércio

internacional substituindo a hipótese do ouro como a mercadoria de produtividade média por uma “mercadoria padrão” na forma proposta por PASINETTI (1993) quando trata de uma economia fechada, envolvendo setores verticalmente integrados. Estabelecem-se as condições de pleno emprego e equilíbrio de balança comercial para analisar as condições sob as quais os países teriam vantagens e/ou desvantagens em comercializar.

Os autores acreditam que na ocorrência de abertura comercial a proporção de trabalho dispensada com as importações deve ser compensada pela proporção de trabalho criado através das exportações dessa economia.

A análise destas condições permite verificar o motivo econômico por trás do fechamento dos países para o livre fluxo de mão-de-obra, e também mostra o papel do Estado como coordenador de políticas tarifárias capazes de manter a taxa de emprego anterior à abertura comercial. Dada a manutenção desta taxa, o comércio entre dois países seria benéfico, para ambos, caso a relação entre seus coeficientes de trabalho, quando ponderados pela taxa de câmbio “natural”, fossem maiores para alguns setores e menores para outros. Os benefícios da inclusão de uma economia em desenvolvimento no capitalismo globalizados pressupõem portanto uma relação entre produtividades vantajosa quando ponderada pela taxa de câmbio.

A especialização dos países dar-se-á até o ponto de equilíbrio tanto da balança comercial quanto o de obediência a condição de manutenção da taxa de emprego necessária para que haja comércio internacional.

Concluem que, a inserção das economias em desenvolvimento no capitalismo globalizado passa essencialmente pela sua capacidade em gerar e absorver novas tecnologias de produção nos setores de bens primários, bem como pelo desenvolvimento de novos setores quando o aumento de renda criar o mercado interno para esta produção.

4. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DURANTE A DÉCADA DE 1990

Para poder avaliar os impactos do processo de abertura comercial na economia brasileira durante a década de 1990 foram utilizados os índices de Valor Adicionado, Produção Física Industrial, Preço e Quantum de Importação e Exportação e Pessoal Ocupado na Produção.

Para que se pudesse realizar um estudo comparativo entre as variáveis utilizadas foi necessário que se fizesse uma adaptação das mesmas no sentido de deixá-las com a mesma periodicidade e base.

Considerando a divergência entre a classificação das atividades utilizadas nas PIM-PI e PIM-ES, que apresentam os indicadores conjunturais da indústria por atividades industriais organizadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, e a utilizada pela FUNCEX que adota a classificação proposta pela matriz de insumo-produto de 1985, procurou-se manter ao máximo a comparabilidade entre os detalhamentos de atividades apresentados por cada classificação, com o objetivo de poder comparar os indicadores de cada pesquisa. Isto exigiu que a classificação adotada neste trabalho fosse, na prática, um misto entre as duas classificações.

Seguem abaixo a descrição desses indicadores de acordo com a metodologia utilizada pelas instituições responsáveis por sua publicação:

a) Valor Adicionado dos setores Agropecuária, Indústria de Transformação e Serviços

O Valor Adicionado, cuja fonte é o Sistema de Contas Nacionais disponibilizado pelo IBGE, é definido como a diferença entre o valor da produção bruta, em valor de produtor, e seu consumo intermediário medido em valor do comprador.

O valor adicionado em cada unidade produtora é a contribuição desta para o PIB, medido em valor do produtor. Ao valor adicionado por todas as unidades residentes, devem ser somados os impostos de importação, que ao contrário dos demais impostos indiretos, não estão incluídos no Valor Adicionado dos produtos residentes;

b) Produção Física dos Setores da Indústria de Transformação

A variável obtida através da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, apresenta a produção física de uma série de produtos previamente selecionados e, sob determinadas hipóteses, considera-se que a mesma serve como uma medida aproximada da evolução de curto prazo do valor adicionado da indústria.

A importância desse índice deve-se à sua capacidade de indicar o comportamento efetivo da produção real da indústria com um mínimo de defasagem em relação ao período de referência, representando uma mensuração preliminar da taxa de variação da componente industrial do Produto Interno Bruto – PIB.

Do ponto de vista das Contas Nacionais, o conceito de produto corresponde ao de valor agregado, ou seja, à diferença entre o valor bruto da produção industrial e o consumo intermediário.

Os indicadores conjunturais são construídos sob a hipótese de que a evolução das quantidades produzidas de uma série de produtos é uma boa aproximação da evolução real do valor adicionado pela indústria;

c) Pessoal Ocupado na produção dos gêneros da Indústria de Transformação

Indicador obtido através da Pesquisa Industrial Mensal - Emprego e Salário (PIM-ES), realizada pelo IBGE, através do qual disponibiliza um grupo de índices ligados à questão do trabalho nas empresas industriais.

A relação entre índices de emprego e de produção propicia o acompanhamento da produtividade do trabalho, tema da maior relevância no processo de crescimento econômico.

O índice de Pessoal Ocupado Assalariado ligado à produção industrial abrange todas as pessoas remuneradas diretamente pela empresa, efetivamente ocupadas nas atividades de produção de bens e serviços industriais; de manutenção e reparação de equipamentos industriais; de utilidades; e de apoio direto à produção industrial;

d) Pessoal Ocupado nos setores de Agropecuária e Serviços

As estatísticas de pessoal ocupado para anos correntes, são obtidas pela aplicação de índices de variação do pessoal ocupado (índice de volume) aos dados do ano anterior. As fontes básicas utilizadas para cálculo desses índices são a PNAD, a Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais – PIM-DG e o Cadastro de Empregadores da Relação Anual das Informações Sociais, sendo que essas duas últimas referem-se somente ao setor formal da economia.

A PNAD, utilizada como fonte para a proposta inicial, fornece índices, desagregados por posição na ocupação, para grande parte das atividades do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, que é a fonte de tal informação;

e) Índices de preço e quantum das exportações e importações da Agropecuária e Indústria de Transformação

O índice de preço e quantum das importações e exportações brasileiras é disponibilizado pela FUNCEX.

A metodologia adotada no caso do índice de preços é a utilização do índice de Fisher:

$$I_p^{0,1} = \left\{ \left[\frac{(\sum p_i^1 \cdot x_i^0)}{(\sum p_i^0 \cdot x_i^0)} \right] \cdot \left[\frac{(\sum p_i^1 \cdot x_i^1)}{(\sum p_i^0 \cdot x_i^1)} \right] \right\}^{1/2}$$

Este índice apresenta as propriedades de reversibilidade e invariância em relação à base.

No caso do índice de *quantum*, optou-se por utilizar um índice implícito, deflacionando-se a série de valor FOB da exportação pelo índice de preços, isto é,

$$I_q^{0,1} = (v^1 / v^0) / I_p^{0,1}$$

Essa opção permite que todos os produtos exportados sejam considerados na determinação do índice de *quantum* - mesmo aqueles eliminados do cálculo do índice de preços pelos procedimentos de crítica descritos adiante, em relação aos quais se assume que a variação dos seus preços é idêntica à relativa aos itens incluídos no índice de preço. Além disso, assegura, evidentemente, que o produto das variações dos índices de preços e de *quantum* seja igual à variação do valor das exportações - uma propriedade do índice de Fisher que, no entanto,

poderia não ser observada no presente caso, em virtude da eliminação de produtos imposta pela crítica dos dados.

Nesta pesquisa será analisada a evolução dos índices dos seguintes setores da Indústria de Transformação: Produtos de minerais não-metálicos; Metalurgia básica; Máquinas e equipamentos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e de comunicação; Fabricação e montagem de veículos automotores; Papel e celulose; Química e Têxtil.

4.1 SETORES AGREGADOS

4.1.1 Agropecuária

Este setor abrange as atividades de lavoura, produção animal e seus derivados, extração vegetal, reflorestamento, formação de culturas permanentes e indústria rural.

Num primeiro momento, podemos observar que não ocorrem mudanças substanciais na composição do emprego no setor agrícola brasileiro, permanecendo praticamente constante entre 1990 e 1995. Durante este período o nível de produção indica grandes adições na composição do produto, principalmente partir de 1994.

Analisando-se conjuntamente o que ocorre na composição da mão-de-obra e da produção durante a década de 1990 observamos que houve um substancial aumento da produtividade, uma vez que a alocação da mão-de-obra não acompanhou o ritmo de produção no setor.

A partir da metade da década de 1990 começa a ocorrer a dispensa de mão-de-obra no setor agrícola, ficando em níveis em torno de 10% menores do que o indicado no começo desse período. Em 1991 o total de trabalhadores empregados pelo setor era de quase 15 milhões, este total teve um pequeno aumento até 1996, passando a diminuir a partir de 1997, totalizando 13,3 milhões de trabalhadores em 1999.

A mesma performance não ocorre com a produção, que continua evoluindo. Em uma década a produção agropecuária aumenta em torno de 30%, conseqüentemente a produtividade do setor evoluiu durante todo o período.

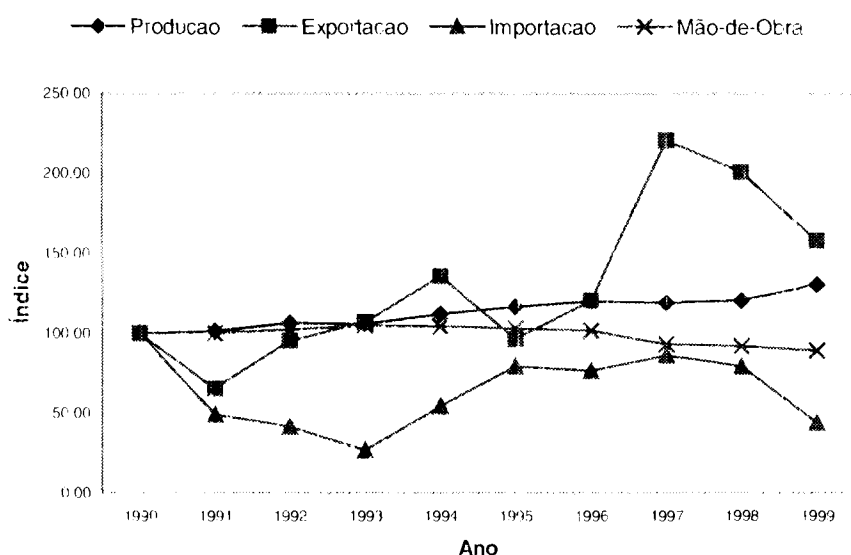
O processo de crescimento da produção agropecuária durante toda a década de 1990 pode ser atribuído, em parte, ao aumento significativo das exportações nesse período. Conforme mostrado, entre 1991 e 1999, a quantidade exportada aumentou em mais de 170%. Em valores o aumento foi de 120% até 1997, totalizando US\$3.062 milhões, contra os US\$14.911 milhões exportados em 1990.

TABELA 1 – ÍNDICES AGROPECUÁRIA – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	
1991	101,37	65,36	48,97	100,00
1992	106,33	95,35	41,70	102,39
1993	106,25	107,23	26,54	104,90
1994	112,04	135,79	54,43	104,43
1995	116,61	96,32	79,00	103,04
1996	120,24	120,61	76,33	101,69
1997	119,24	220,88	86,22	93,26
1998	120,75	200,93	79,03	91,74
1999	130,81	158,11	43,75	89,15

FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO I – ÍNDICES AGROPECUÁRIA



FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

O Brasil, por ser um país com intensa produção agropecuária, não tem altos níveis de importação do gênero, o que é indicado através dos índices de importação, a média no período ficou em torno de US\$216 milhões. O país teve pequenos aumentos percentuais de importação de agropecuários, mas a partir da metade da década começou a diminuir gradativamente as quantidades importadas, fechando

em 1999 com um total de US\$149,20 milhões. Nível menor do que no início da década, quando o total importado foi de US\$341 milhões.

4.1 2 Indústria de Transformação

Quando analisamos a indústria de transformação brasileira, podemos ver claramente a influência do processo de abertura comercial em todos os indicadores.

Logo no início da década, precisamente nos anos de 1990 à 1992, a produção apresentou uma tendência decrescente, indicando o que pode ser o reflexo da crise econômica pela qual passava o país. A partir de 1993, quando o processo de liberalização comercial ganha contornos mais definitivos, passa a ocorrer a evolução dos índices de produção. Uma tendência que se segue até 1997. Já no ano de 1998 a produção da indústria de transformação caiu em torno de 4% em relação à 1997. Em 1999 houve uma queda de aproximadamente 3% comparado ao ano anterior.

Houve mudanças significativas na estrutura do mercado de trabalho na indústria de transformação brasileira durante a década de 1990. Os índices mostram uma tendência a queda na mão-de-obra empregada, que se acentuou significativamente a partir de 1994. Em 1995 a proporção de mão-de-obra empregada, em relação ao início da década era de menos de 30%, cerca de 5,4 milhões de trabalhadores contra os 6,9 milhões empregados em 1990. Situação essa que se agravou ao final do período, quando o total empregado era de menos de 40%, totalizando 4,13 milhões de empregados.

No que se refere ao comércio exterior, durante o período em análise, podemos observar uma tendência crescente entre os índices de exportação e importação. As exportações brasileiras aumentaram em torno de 50% até meados da década, totalizando US\$41.472 milhões. A partir de 1997 já somavam US\$ 45.674 milhões, 67% a mais do que 1990 quando o total era de US\$26.788 milhões. Após esse período continuaram a aumentar, porém em índices menores do que o indicado em 1997.

As importações brasileiras foram definitivamente o indicador que mais evoluiu no período. Passaram da estagnação no início da década, com valores em torno de US\$19.827 milhões, para US\$48.935 milhões em 1995, um aumento de mais de

146%. Esta tendência de aumento prosseguiu durante toda a década, chegando a índices impressionantes de quase US\$59.000 milhões em 1997. Os altos coeficientes de importação foram fortemente influenciados pela sobrevalorização cambial registrada entre 1993 e 1998.

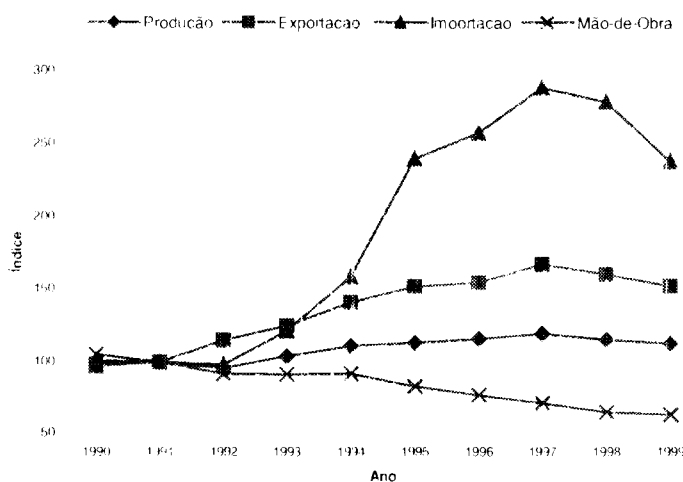
A evolução das quantidades importadas durante a década de 1990, principalmente depois de 1994, tem como suas causas principalmente o processo de abertura comercial, que traz menores tarifas de importação e a introdução do Plano Real que proporcionou maior poder de compra relativo aos consumidores, seguido da valorização do cambial.

TABELA 2 – ÍNDICES INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	100,26	101,97	102,85	95,01
1992	96,04	117,35	100,79	87,05
1993	102,77	127,33	124,82	86,97
1994	109,69	143,50	163,28	87,17
1995	111,78	154,82	246,81	78,73
1996	115,45	157,52	264,86	72,76
1997	120,82	170,50	297,31	67,40
1998	119,57	163,68	287,22	61,52
1999	116,91	155,44	244,94	59,70

FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRAFICO 2 – ÍNDICES INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO



FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

As altas quedas nas taxas de mão-de-obra ocupada na indústria de transformação podem ser diretamente associadas ao aumento dos índices de importação na década de 1990. O aumento da preferência por produtos importados gera conseqüentemente diminuição das taxas de consumo e produção de produtos nacionais, isto por sua vez, leva a diminuição das quantidades de pessoas empregadas na produção.

4.1.3 Serviços

Diferentemente do que acontece com os demais setores da economia, o setor de serviços tem uma projeção positiva no que se refere aos índices de produção e pessoal ocupado durante toda a década de 1990. Isto pode ser explicado pela sua natureza de não ser comercializável internacionalmente. Por este motivo também não serão analisados os indicadores de importação e exportação.

A produção nesse setor, cresceu a taxas consideráveis, principalmente a partir de 1996, quando já eram praticamente 10% maiores do que no início da década. Esse crescimento foi acompanhado pelo aumento da mão-de-obra empregada pelo setor que a partir de 1995 já tinha crescido 12% com relação a 1990, e ao final da década já empregava 20% a mais do que o período inicial.

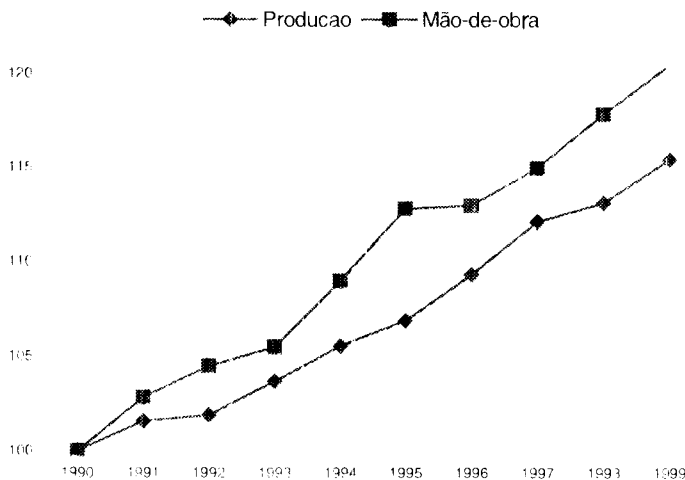
O aumento de ocupação do Setor de Serviços pode ser conseqüência do redirecionamento do pessoal dispensado nos setores agropecuário e indústria, que sofriam nitidamente as conseqüências do processo de inserção internacional e por não apresentar altos crescimentos de produtividade.

TABELA 3 – ÍNDICES SETOR DE SERVIÇOS-- BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00
1991	101,57	102,81
1992	101,87	104,47
1993	103,66	105,49
1994	105,53	108,96
1995	106,90	112,81
1996	109,32	112,98
1997	112,11	114,97
1998	113,13	117,85
1999	115,41	120,45

FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 3 – ÍNDICES SETOR DE SERVIÇOS



FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

O setor de serviços, juntamente com a agropecuária, apresentou taxas de crescimento positivas do emprego no período de 1990-1995. Podemos concluir que diante dos dados apresentados, que o impacto do comércio exterior é maior na indústria de transformação.

4.2 SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Conforme pudemos observar na análise dos grandes agregados da indústria, a Indústria de Transformação foi o setor que mais sofreu conseqüências com o processo de abertura comercial. O objetivo dessa seção é procurar entender melhor as conseqüências desse processo nos principais setores que compõem a Indústria de Transformação, procurando observar as principais mudanças estruturais e o comportamento do emprego dentro desses setores.

Quando se realiza uma análise da indústria de transformação brasileira na década de 1990 deve-se atentar para as mudanças ocorridas neste período. Principalmente, no que se refere-se à influência do processo de estabilização econômica ocorrida em 1994 e mudança no padrão cambial em 1999.

4.2.1 Minerais Não-Metálicos

A análise dos índices do setor de Minerais Não-Metálicos mostra as mudanças ocorridas a partir do processo de abertura comercial nas estruturas de emprego e comércio exterior.

A evolução da produção desse setor seguia uma tendência decrescente em 1992, após a intensificação do processo de abertura, esta começou a aumentar gradativamente, fechando a década à um nível 15% maior do inicial. O processo de aumento da produção foi acompanhado de aumentos nos níveis de exportações, que cresceram durante toda a década, chegando em 1998 a níveis de 179% maiores do que em 1990, totalizando US\$10.186 milhões, contra os US\$241,4 milhões iniciais. Em fechou 1999 no patamar de 88% superior ao início do período.

As importações também cresceram neste setor. O volume importado em 1995 era 207% maior se comparado a 1990 e em 1999 já estava em torno de 400% acima. Em valores monetários as diferenças são ainda mais significativas, em 1990 o total importado era de US\$472,1 milhões e em 1999 já somava mais de US\$1.000 milhões, praticamente o dobro do total exportado.

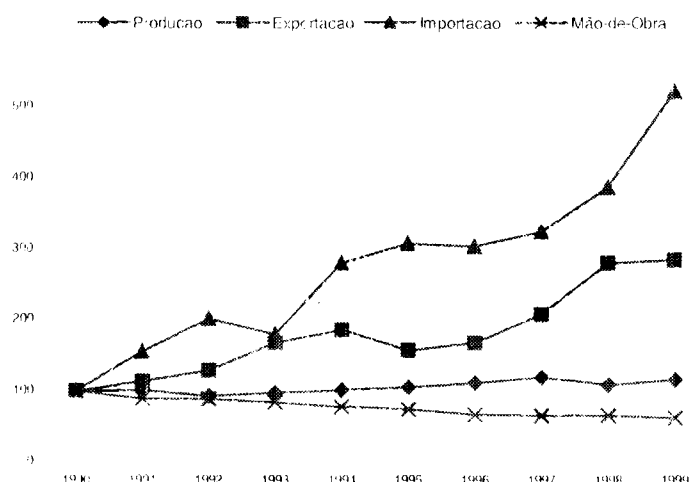
As conseqüências ao mercado de trabalho do setor foram inevitáveis. Os aumentos da produtividade, como forma de conter a concorrência internacional, puderam ser observados através da alta redução do nível de emprego. Em 1995, o total empregado representava pouco mais de 73% do total empregado no início da década, com 123 mil postos contra os 167 mil ocupados em 1990, e em 1999 era 40% menor totalizando 103 mil ocupações.

TABELA 4 – ÍNDICES MINERAIS NÃO-METÁLICOS – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	100,18	113,04	154,51	88,76
1992	92,86	128,15	201,60	88,25
1993	97,63	167,51	179,36	83,57
1994	100,78	185,80	279,36	77,15
1995	104,87	156,55	307,21	73,97
1996	110,79	167,51	302,81	66,70
1997	119,33	208,04	324,25	65,91
1998	108,78	279,57	386,17	64,32
1999	115,22	284,18	522,04	61,70

FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 4 – ÍNDICES MINERAIS NÃO-METÁLICOS



FONTES: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.2 Papel e Celulose

A indústria de papel e celulose sofreu nitidamente os impactos do processo de liberalização comercial dos anos 90. Apesar da produção apresentar evolução crescente durante toda década, aumentando quase 30%, as quantidades exportadas sofreram uma queda progressiva durante a primeira parte da década. Estas chegaram a cair 20% em 1994, com relação ao ano 1990 dos, passando a aumentar a partir de 1996 e fechando 1999 com um aumento de 78% comparado a 1990. Analisando-se em valores monetários este aumento foi de US\$ 2.175 milhões em 1999, contra o total de US\$1.232 milhões em 1990.

As importações por sua vez, cresceram substancialmente, principalmente após 1994, chegando a dobrar de volume. No início da década o Brasil importava em torno de US\$400 milhões neste setor, já em 1999 passou a importar US\$1.156 milhões.

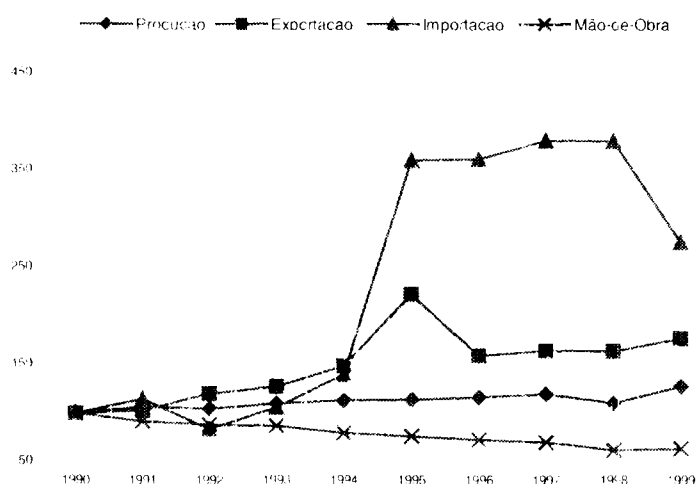
O aumento das exportações não foi suficiente para impedir que as importações impactassem no mercado de trabalho de maneira negativa. A abertura comercial reduziu os níveis de pessoal empregado em quase 40% na década de 1990. Em 1990 o setor empregava 133 mil trabalhadores, em 1999 apenas 83,6 mil. Isso se deve em parte, aos baixos níveis de crescimento da produção e ao aumento significativo das importações do setor.

TABELA 5 – ÍNDICES PAPEL E CELULOSE – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	106,59	102,53	114,34	90,82
1992	104,44	119,90	83,09	87,56
1993	109,76	126,69	105,70	86,78
1994	112,82	148,12	139,76	79,06
1995	113,39	221,59	359,72	76,05
1996	116,20	158,73	361,19	72,28
1997	119,90	163,91	380,47	70,22
1998	110,38	163,25	379,44	61,69
1999	127,79	176,49	275,84	62,98

FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 5 – ÍNDICES PAPEL E CELULOSE



FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.3 Borracha

O setor de borracha teve baixo nível de crescimento durante a década de 1990. Sua produção cresceu cerca de 20% até 1997, mas fechou 1999 com um aumento de 13% com relação ao início de 1990.

O processo de abertura comercial não causou impactos positivos nas exportações do setor. As quantidades exportadas caíram progressivamente a partir de 1991, só tendo aumentando em 1998, quando apresentou aumento de 5% com relação a 1991, em 1999 já somava 32% a mais. Em valores monetários em 1990 o setor exportava US\$284 milhões passando a exportar US\$ 630,7 milhões em 1999, um aumento de 131%.

As importações, por sua vez, aumentaram consideravelmente, favorecidas pela valorização cambial. Em 1995 as importações já eram 270% maiores a 1990, somando US\$661 milhões de dólares contra os US\$194 milhões importados em 1990. Em 1999 representavam 260% a mais do que em 1990, porém somavam um total de US\$581 milhões.

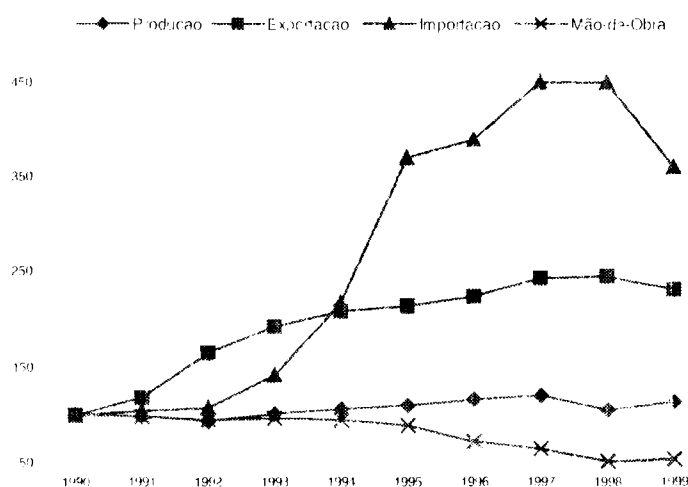
O pessoal ocupado no setor caiu progressivamente, o total de 32 mil trabalhadores ocupados em 1999 representam apenas 47% do que era em 1990, reflexo do baixo desempenho da produção e altos níveis de importação.

TABELA 6 – ÍNDICES BORRACHA – BRASIL -- 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	99,18	113,87	104,01	98,87
1992	93,81	165,63	107,41	94,89
1993	101,85	193,34	142,59	96,96
1994	106,10	203,77	217,69	94,61
1995	110,69	214,29	370,40	89,32
1996	116,24	224,32	390,24	72,56
1997	120,91	243,46	450,32	64,84
1998	105,56	245,17	450,28	51,98
1999	113,66	231,23	360,69	53,83

FONTA: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 6 – ÍNDICES INDÚSTRIA BORRACHA



FONTA: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.4 Têxtil

A indústria têxtil certamente foi um dos setores que mais sofreram os impactos do processo de internacionalização da economia brasileira. As taxas

decrecentes de produção refletem a influência da concorrência internacional.

A produção do setor têxtil decaiu durante praticamente toda a década de 1990. Somente apresentando um aumento em relação a 1990 de 1,66% em 1994. Teve seu pior desempenho em 1998, quando a produção foi 29% menor do que no ano base.

Este processo de queda na produção foi provocado pelas altas taxas de importação do setor durante toda a década. A partir de 1995 seus valores aumentaram mais de 370%. O setor importava, no início da década, US\$400 milhões, porém em 1998 este total era de US\$1348 milhões. Segundo HAGUENAUER ET ALLI (2001) apud BRITTO (2002), a tendência a substituição do algodão e tecidos sintéticos nacionais por importados, aliada à forte retração observada pela produção da indústria têxtil e juntamente com o incremento das importações de produtos finais no setor de calçados, principalmente de tênis explicam as altas taxas de importação do setor têxtil.

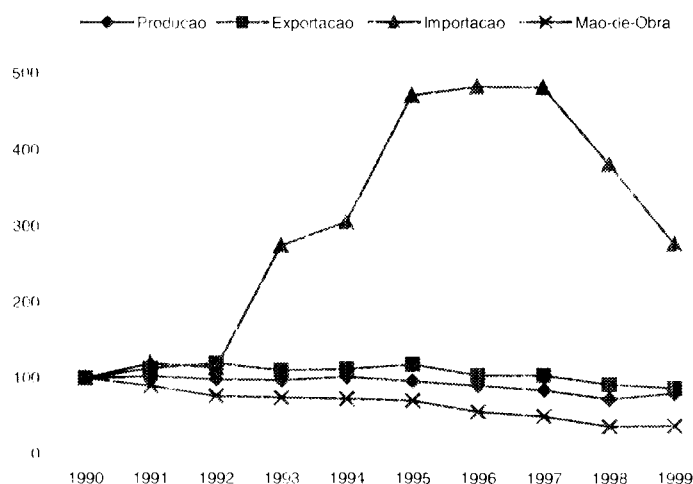
As exportações cresceram durante todo o período, porém em níveis bem menores do que as importações, sendo insuficientes para conter as altas taxas de queda de mão-de-obra empregada, o total exportado por este setor ficou em torno de US\$1.100 milhões.

TABELA 7 – ÍNDICES INDÚSTRIA TÊXTIL – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	102,71	112,42	119,18	90,00
1992	98,06	119,80	113,54	76,28
1993	97,81	109,80	274,45	74,83
1994	101,66	111,53	306,20	72,72
1995	95,44	117,84	471,47	70,26
1996	89,82	103,52	481,81	55,25
1997	83,98	103,42	481,39	49,05
1998	71,97	91,31	381,44	35,67
1999	79,85	86,39	275,89	36,53

FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 7 – ÍNDICES INDÚSTRIA TÊXTIL



FORNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

O setor têxtil é um dos setores da indústria que mais empregam pessoas e que foi fortemente prejudicado pelo processo de abertura comercial. Os níveis de emprego no setor caíram exponencialmente durante a década de 1990. Em 1999, era apenas 64% do total de 1990. Este setor que em 1990 chegou a gerar mais de 400 mil postos de trabalho, em 1999 empregou pouco mais de 217 mil, uma redução de mais de 190 mil postos. Comparando-se a diminuição de mão-de-obra empregada com os níveis de produção têxtil podemos observar o aumento da produtividade do setor.

4.2.5 Metalúrgica Básica

Através da análise da indústria metalúrgica podemos perceber claramente os efeitos do processo de abertura comercial na indústria.

A produção aumentou durante a década de 1990, mas não de maneira significativa. Os anos de maior produção foram 1994 e 1999, cerca de 11% maior que 1990.

O setor metalúrgico tinha uma das maiores concentrações de mão-de-obra na indústria, cerca de 470 mil trabalhadores ocupados em 1990. Porém a mão-de-obra empregada caiu gradualmente durante toda a década de 1990, chegando a 57,82% do total empregado no início da década. O aumento da produção, aliado ao aumento das exportações, que teve seu maior aumento em 1997, US\$6.826 milhões

(quase 60%), não foram suficientes para conter os prejuízos causados pela concorrência estrangeira.

Podemos observar estes efeitos a partir da evolução das importações. Estas aumentaram significativamente chegando a ser, em quantum, 490% maiores em 1997 se comparado a 1990, este setor importava US\$679,7 milhões em 1990 e 1997 elas somavam US\$2.556 milhões.

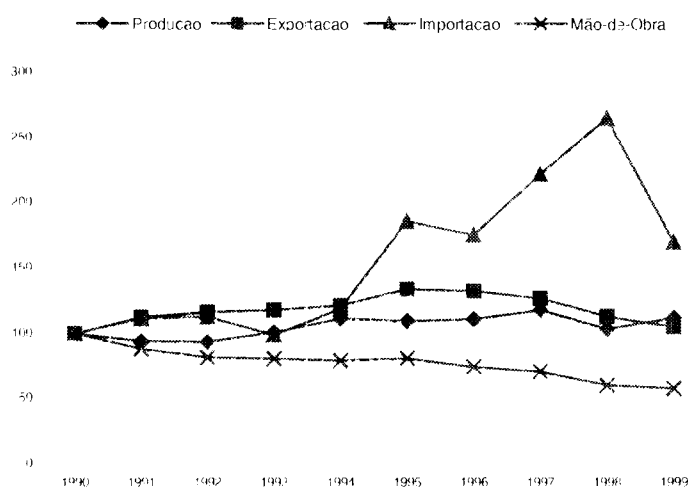
O aumento das importações, impulsionado pelo câmbio favorável, impactou diretamente no mercado de trabalho, que se reduziu significativamente.

TABELA 8 – ÍNDICES INDÚSTRIA METALÚRGICA – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	94,12	112,32	111,23	88,10
1992	93,51	116,02	112,94	81,21
1993	100,98	117,82	98,89	80,44
1994	111,49	121,25	118,70	78,83
1995	109,34	133,55	185,85	80,53
1996	110,59	131,91	175,09	73,98
1997	117,48	126,67	221,77	70,67
1998	103,22	112,81	265,44	59,98
1999	111,80	105,03	169,91	57,82

FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 8 – ÍNDICES INDÚSTRIA METALÚRGICA



FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.5 Máquinas e Equipamentos

A indústria de máquinas e equipamentos apresentou baixo crescimento da produção durante o período em análise. A produção decaiu durante os primeiros

anos da década, tendo uma evolução de cerca de 16% em 1994 e voltando a cair em 1998.

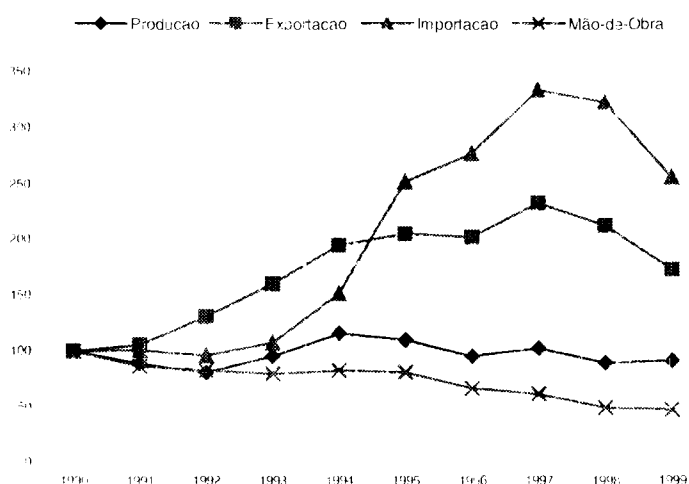
Essa queda na produção de produtos mecânicos pode ser associada aos altos níveis de importação no período. Esta indústria, assim como os demais setores intensivos em capital apresentou grandes taxas de importação a partir da intensificação do processo de abertura. Neste setor as importações chegaram a aumentar cerca de 230% em 1997, passando de US\$ 2.479 milhões em 1990 para US\$8.296 milhões em 1997, a partir deste ano houve uma pequena queda, chegando em 1999 a uma taxa 150% superior a 1990 (US\$6.350 milhões).

TABELA 9 – ÍNDICES INDÚSTRIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	89,47	106,00	101,58	86,98
1992	81,37	130,75	96,03	82,99
1993	95,33	160,27	107,88	79,74
1994	116,18	194,57	151,63	82,85
1995	110,38	205,19	252,18	80,91
1996	95,78	202,03	277,31	66,88
1997	102,84	233,09	334,57	61,14
1998	89,90	212,94	323,30	49,38
1999	91,64	173,22	256,11	47,52

FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 9 – ÍNDICES INDÚSTRIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

Como consequência do aumento das importações, influenciado pela implementação do Plano Real, política cambial favorável e incapacidade de

concorrência dos produtores nacionais em relação aos estrangeiros, os níveis de ocupação neste setor caíram durante toda década totalizando em 1999 172 mil postos, apenas 47% do total empregado em 1990. Este foi um dos setores em que o mercado de trabalho mais se contraiu.

4.2.7 Material Elétrico e Comunicações

A produção da indústria eletrônica sofreu as conseqüências do processo de liberalização comercial ocorrido na década de 1990. Este setor teve baixo crescimento produtivo, tendo sua maior produção em 1993, quando registrou um crescimento 32% maior a 1990.

As importações aumentaram gradualmente, o que indica que o consumo de material eletrônico importado pela indústria nacional foi crescente no período em questão. As importações chegaram ao final da década cerca de 270% maiores em relação a 1990, passando de US\$2.287 milhões para US\$8.447 milhões em 1999.

As exportações cresceram em proporção bem menor que as importações. Elas aumentaram gradativamente durante os anos 90, sendo que até 1994 subiram apenas 33%, chegando a um aumento de 75% em 1999, cerca de US\$2.526 milhões. Houve grande aumento do consumo de produtos material eletrônico, partes e componentes importados, mesmo após as desvalorizações cambiais ocorridas no final dos anos 90.

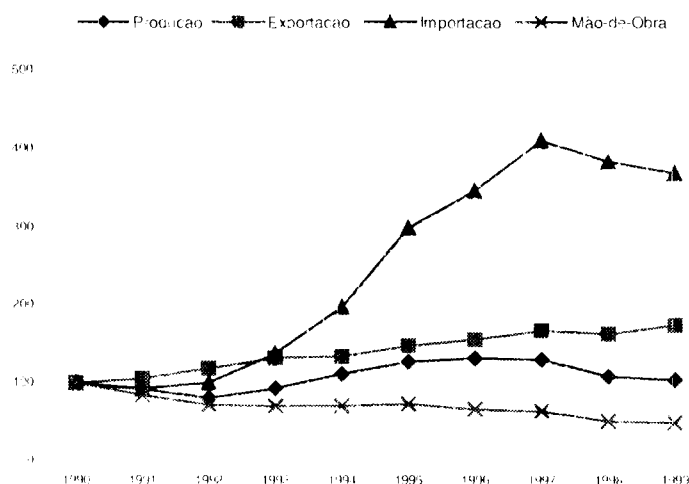
Os pequenos níveis de exportação no setor material elétrico não foram suficientes para que houvesse ganhos para o mercado de trabalho no setor. Este ao contrário, se retraiu como na maioria dos setores analisados. A quantidade de pessoal ocupado sofreu com os ganhos de produtividade do setor, diminuindo gradativamente. Em 1999 eram 148 mil postos ocupados, menos de 50% do total de 298 mil postos do início da década.

TABELA 10 – ÍNDICES INDÚSTRIA MATERIAL ELÉTRICO – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	92,59	106,20	93,40	85,66
1992	81,76	119,60	100,59	72,91
1993	93,44	132,72	137,86	71,33
1994	111,84	133,86	197,70	70,86
1995	127,38	148,22	299,34	73,50
1996	132,50	156,36	346,73	67,05
1997	130,87	168,17	410,32	64,27
1998	108,48	163,44	384,17	51,35
1999	104,27	174,97	369,36	49,85

FONTES: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 10 – ÍNDICES INDÚSTRIA MATERIAL ELÉTRICO



FONTES: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.8 Material de transporte

O setor de material de transporte teve uma dinâmica particular em decorrência do processo de abertura comercial. O período foi caracterizado pelo processo de modernização e ampliação da capacidade produtiva de empresas já instaladas no setor e instalação de novas empresas. Isto foi consequência da implantação do regime automotivo e estratégia das montadoras multinacionais.

Sua produção teve uma pequena queda, cerca de 2% durante os anos de 1991 e 1992, mas logo voltou a crescer a partir de 1993. A partir da segunda metade da década houve um forte processo de reestruturação produtiva neste setor, momento no qual houve sua maior produção. Em 1997 o setor registrou um aumento de 54% se comparado a 1990.

O substancial aumento das exportações e da produção automotiva podem ser explicados pelo aumento do comércio intra-indústria no âmbito do Mercosul, parte das estratégias de complementaridade produtiva intra-regional das montadoras.

O aumento da produção automotiva foi seguido do aumento das quantidades exportadas, estas cresceram consideravelmente, sendo que em 1995 já eram 170% maiores que 1990. Nos anos seguintes elas continuaram a níveis elevados tendo seu maior índice em 1999, quando foram 200% maiores que 1990.

Quando se analisa a evolução das exportações em valores monetários seu desempenho não na mesma proporção. Até 1996 as exportações tinham aumentado 55%, passando de US\$4.419 milhões em 1990 para US\$7.266 milhões em 1996. O maior aumento ocorrido foi em 1998, quando o total exportado foi de US\$10.286 milhões, cerca de 136% maiores que em 1990.

As altas taxas de exportação não foram suficientes para conter as importações do setor. Estes por sua vez conseguiram superar os altos índices de exportação. Até 1994 as exportações brasileiras eram maiores do que o quantum importado. A partir deste período os níveis de importação passaram a ser consideravelmente altos, chegando a ser em 1998, 260% maiores em quantidades do que no começo da década. Monetariamente este aumento foi ainda mais significativo, em 1990 o total importado era em torno de US\$3.819 milhões, já em 1998 este total era de US\$16.837 milhões. Isto em decorrência do elevado consumo de bens importados no setor automotivo, consequência da reestruturação ocorrida no setor "o que levou a uma maior integração das filiais brasileiras no comércio internacional" (BRITTO, 2002).

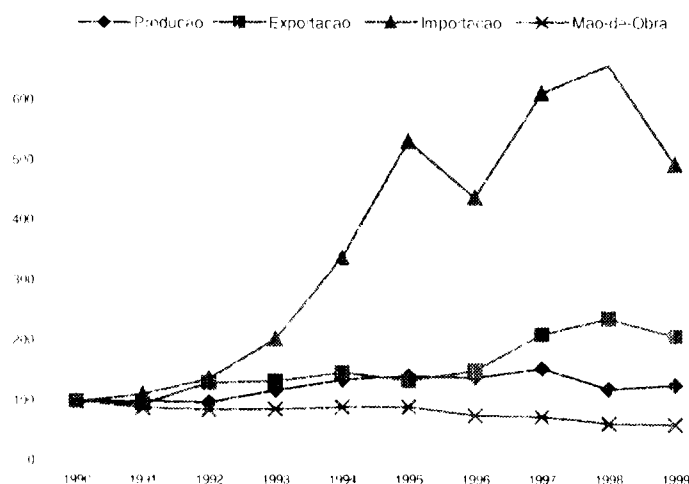
O setor automotivo brasileiro foi o alvo preferencial de investimentos estrangeiros no setor industrial durante a década de 90. Com a ampliação de novas unidades instaladas e a entrada de novas montadoras no mercado. Todo este processo de mudanças estruturais impactaram negativamente sobre os dados de emprego do setor. Comparando as variações no valor adicionado ao número de empregos do setor, percebe-se que a produtividade no setor aumentou significativamente. O total de pessoal ocupado nesta indústria caiu gradativamente durante a década de 90, em 1990 existiam cerca de 330 mil trabalhadores no setor, em 1999 eram apenas 199 mil, cerca de 40% a menos de pessoal ocupado.

TABELA 11 – ÍNDICES INDÚSTRIA MATERIAL DE TRANSPORTE – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100.00	100.00	100.00	100.00
1991	99.89	95.58	112,38	89,82
1992	98.01	130.63	136.93	86.14
1993	118.60	133.57	202,91	87,68
1994	135.63	147.84	339,19	90,16
1995	140.56	133,74	532,78	90,00
1996	139.23	151,11	438,63	76,67
1997	154.14	210,75	613,76	73,93
1998	119.89	236,67	658,29	61,96
1999	126,12	207,03	493,95	60,45

FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 11 – ÍNDICES INDÚSTRIA MATERIAL DE TRANSPORTE:



FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

4.2.9 Química

Os efeitos da liberalização comercial também podem ser vistos na indústria química. Este setor caracteristicamente intenso em capital sofreu nitidamente as conseqüências da inserção da concorrência internacional.

Nos anos de 1991 a 1993 houve um decréscimo na produção desse setor, em 1991, esta chegou a ser 7,5% menor do que em 1990. Somente a partir de 1994 este setor aumentou sua produção, chegando a um aumento de 12% em 1997 e fechando a década com o total da produção 18% maior do que no seu início.

A restrição de investimento no setor prejudicou, além da produção, os níveis de exportação. As quantidades exportadas tiveram um desempenho melhor do que a produção, tendo seu ponto máximo em 1994, chegando a ser 50% maior do que

no começo da década. Porém estes índices não se repetiram e o total das exportações ficou entre 10% e 25% no restante do período. Este setor aumentou progressivamente os valores exportados, chegando em 1996 com um aumento de 110% do total importado comparativamente a 1990. Em 1990, o total exportado era de US\$924 milhões e em 1996 chegou a US\$1854 milhões, continuando em níveis aproximados no restante do período.

Certamente as causas do baixo desempenho do setor químico brasileiro durante a década de 1990 estão associadas aos altos índices de importação do setor. O consumo de insumos químicos importados cresceu em proporção bem maior do que a produção doméstica. Estes foram bem maiores que as exportações durante todo o período analisado, em 1995 somavam em torno de US\$4.483 milhões sendo que o chegou a US\$5.463 milhões em 1998, um aumento em torno de 140% em relação a 1990.

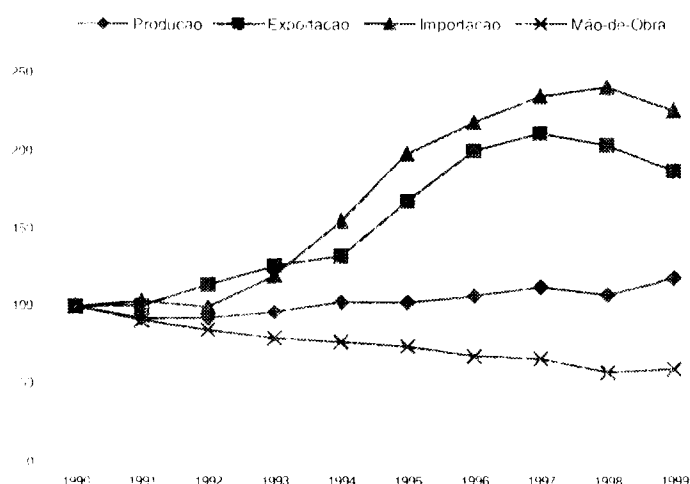
A mão-de-obra da indústria química sofreu as conseqüências da introdução dos produtos importados no setor. A concorrência internacional aliada ao processo de reestruturação produtiva pelo qual o setor passou, teve reflexo direto no total de pessoal ocupado nesta indústria. Os níveis de mão-de-obra empregada caíram desde o início dos anos 90. Em 1990 existiam 317 mil trabalhadores empregados no setor, ao final da década este total era cerca de 40% menor do que nos primeiros anos analisados totalizando apenas 189 mil postos. As mudanças na estrutura de produção e a proporção de demanda doméstica atendida por produtos importados tiveram conseqüências diretas no mercado de trabalho do setor.

TABELA 12 – ÍNDICES INDÚSTRIA QUÍMICA – BRASIL – 1990 -1999

Período	Produção	Exportação	Importação	Mão-de-obra
1990	100,00	100,00	100,00	100,00
1991	92,51	100,45	103,39	90,91
1992	92,73	114,14	99,61	84,96
1993	96,41	126,40	120,02	79,29
1994	102,76	132,53	154,97	76,94
1995	102,61	157,68	198,16	74,24
1996	106,59	200,50	218,41	67,99
1997	112,72	211,61	234,91	66,05
1998	107,63	204,02	241,51	57,40
1999	118,39	187,13	226,05	59,75

FONTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

GRÁFICO 12 – ÍNDICES INDÚSTRIA QUÍMICA



FCNTE: Elaboração própria a partir de IBGE e FUNCEX.

A partir da análise dos dados apresentados podemos perceber a profundidade das transformações ocorridas ao longo da década.

Observando a evolução dos índices de importação e exportação da indústria brasileira verifica-se que o processo de abertura comercial não contribuiu para a geração de superávits. Embora as exportações brasileiras tenham apresentado um aumento expressivo durante a década de 90, elas não foram suficientes para fazer frente ao aumento significativo das importações.

Setores como Borracha e Metalurgia, caracteristicamente intensivos em recursos naturais, e tradicionalmente exportadores, foram aqueles que apresentaram melhor desempenho exportador. Isto sinaliza que não houve mudanças significativas na pauta exportadora brasileira, bem como não existem evidências de que tenha ocorrido o *up grade* das exportações brasileiras.

O aumento das importações na década de 90 está associado ao processo de abertura comercial, aos novos investimentos em modernização e ampliação da capacidade produtiva, decorrência do processo de reestruturação produtiva. Isto acarretou no aumento do consumo de bens intermediários, partes e componentes importados, também incentivados pela valorização cambial. As exportações dos setores tradicionalmente exportadores não tiveram contrapartida equivalente, aumentando o déficit comercial.

Esperava-se que a abertura comercial beneficiasse o país no sentido de fazer uso dos recursos que este possui em abundância. Deste modo, o Brasil por ter

relativamente uma grande oferta de mão-de-obra, deveria se beneficiar com o comércio internacional através de um aumento do emprego na economia.

A alocação mais eficiente dos recursos produtivos aceleraria o crescimento da produção e promoveria a expansão do emprego. Isso acarretaria na eliminação do viés em favor do capital, o que contribuiria para que os investimentos e a tecnologia privilegiassem os setores de mão-de-obra intensivos. “As exportações refletiriam assim, mais adequadamente as vantagens comparativas do país, promovendo a geração de emprego nesses mesmos setores” (MARKWALD, 2001).

Entretanto, o desempenho das indústrias intensivas em trabalho não foi satisfatório. O processo de liberalização comercial não beneficiou a geração de empregos. As taxas de crescimento do emprego não foram positivas na maioria dos setores da indústria, apresentando inclusive uma contração da demanda por mão-de-obra. A abertura comercial gerou uma intensa pressão competitiva que exigiu uma reestruturação produtiva por parte das indústrias, através de redução de custos adoção de novos métodos de produção, desencadeando um processo aumento da produtividade através de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e aumento do emprego de capital na produção. O aumento da competitividade da indústria se deu através do constante incremento da produtividade do trabalho ocorrido ao custo da redução do emprego.

O aumento da produtividade pode ser percebido através da relação entre o valor adicionado e a redução do nível de pessoal ocupado em toda a indústria de transformação, podemos ver o desenvolvimento desta dinâmica especialmente nos setores de material eletrônico, material de transporte, e indústria química.

Para MOREIRA E NAJBERG (1999) o volume de emprego perdido em virtude da maior penetração das importações é estimado em mais de 550 mil postos de trabalho, equivalentes a 7,2% do emprego na indústria de transformação. A desagregação setorial das perdas mostra que o ajuste do emprego recaiu principalmente nos setores intensivos em capital e mão-de-obra qualificada, enquanto no setor de recursos naturais a abertura resultou em ganho apenas marginal no volume de emprego. Os setores intensivos em mão-de-obra não qualificada tiveram um desempenho abaixo do esperado, fato que os autores atribuem ao viés antitrabalho da estrutura tributária, à valorização cambial e à concorrência de países do Leste da Ásia.

5. INDÚSTRIA E MERCADO DE TRABALHO NA DÉCADA DE 1990

5.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRODUTIVIDADE

O processo de abertura comercial é um fator que influencia determinantemente a especialização da economia. A especialização produtiva tem efeitos sobre o crescimento da produtividade e os setores em que se especializa determina o grau de crescimento desta economia. Países que se especializam em setores dinâmicos tendem a ter taxas de crescimento superiores às aquelas observadas por países especializados em segmentos de baixo crescimento da produtividade.

A análise do processo de reestruturação produtiva ocorrida no Brasil após a abertura comercial, permite que possamos verificar quais setores tiveram incremento na produção, aumento da produtividade, das exportações e geração de empregos. Isto indica se o país pôde ou não absorver os efeitos da especialização internacional e fazer uso dos benefícios que poderiam advir do comércio internacional, enfim, se o processo de liberalização comercial foi benéfico à economia.

A abertura comercial passa, nesse contexto, a desempenhar um papel fundamental. Ela contribui não apenas ao intercâmbio de bens, mas também o fluxo de idéias e de tecnologias. E as idéias podem ser importadas, copiadas e adaptadas, contribuindo para a organização do processo produtivo, a inovação de produtos e processos e a expansão da base tecnológica das firmas (MARKWALD, 2001).

De acordo com BRITTO (2003) era esperado que o processo de abertura comercial envolvesse custos ao setor produtivo brasileiro. O aumento das importações seria o principal deles, porém, em outro sentido, promoveria um processo de modernização da indústria nacional em direção a métodos mais eficientes de produção. Através da absorção de novas tecnologias, provenientes de países mais desenvolvidos, a abertura comercial poderia exercer efeito positivo sobre o crescimento por meio da indução de mudanças tecnológicas. O país poderia obter aumentos de produtividade e, conseqüentemente, apresentar maiores taxas de crescimento.

Para ele, a maior abertura também permitiria um acesso facilitado a insumos importados de melhor qualidade, assegurando maior competitividade ao produto nacional. Além disso, a abertura reduz o custo de inovação e força as empresas no sentido de maior investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para que se consiga vencer a concorrência.

Passada uma primeira fase, a queda das importações e o substancial aumento das exportações seriam esperados, recompondo a um nível qualitativamente superior o saldo comercial brasileiro.

O que se observou, segundo o autor, foi que neste período houve aumento substantivo das importações, sem contrapartida equivalente das exportações, o que era esperado a fim de compensar o aumento das importações e equilibrar o saldo comercial brasileiro.

Contudo, o aumento acelerado das importações, o aumento tímido das exportações e a dificuldade de obtenção de taxas de crescimento sustentadas suscitou sérias dúvidas em relação à direção da reestruturação da indústria associada à abertura. Nesta linha, COUTINHO¹¹ apud BRITTO (2003) avalia que a abertura comercial na forma e sob as condições em que foi realizada resultou em um processo de especialização regressiva da indústria brasileira.

Particularmente, os efeitos negativos deste processo se fizeram sentir devido ao grande aumento da importação de insumos e componentes importados, que causaram a eliminação de importantes elos das cadeias produtivas.

Para o autor, a abertura e a política de estabilização provocaram um viés pró-importações com sérios impactos sobre a produção nacional. O aumento acelerado das importações não seria apenas um custo temporário das reformas, mas sim o resultado da má condução do processo.

Para ele, os resultados das reformas seriam a desindustrialização e a desnacionalização, que se verificariam a partir da redução do valor agregado nas cadeias industriais mais complexas em virtude do aumento da participação de componentes importados na produção; da substituição de grande parte da oferta doméstica por importações, conforme pudemos observar na análise do capítulo

¹¹ COUTINHO, L.. **A especialização regressiva**: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In. VELLOSO, J.P.R. (org) **Brasil**: desafios de um país em transformação. José Olympio, 1997.

anterior, em setores como máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, química, farmacêutica, têxtil, dentre outros e da substituição da produção local de alguns produtos por importações, especialmente nos setores de bens de capital, informática e telecomunicações, autopeças, eletrônicos de consumo.

O aumento das importações de partes, peças e componentes, estaria relacionado de um lado, às estratégias defensivas das empresas nacionais frente à concorrência e, de outro, à utilização da rede de fornecedores estrangeiros pelas multinacionais, reduzindo o poder indutor do investimento direto, característica apresentada principalmente na indústria de materiais de transporte, conforme a tabela 11 do capítulo 4.

Não existem dúvidas de que o processo de inserção do Brasil no comércio internacional trouxe mudanças significativas nas estruturas produtivas das indústrias.

A concorrência internacional pressionou os produtores brasileiros a se adequarem aos padrões internacionais de produção e este processo trouxe mudanças que se refletiram em ganhos de produtividade em praticamente todos os setores da indústria de transformação. Existe forte indicação da influência da abertura comercial neste processo, pois setores como material de transporte e material elétrico, devido ao aumento da competição e maior utilização de insumos importados estão entre os de maior crescimento¹².

De acordo com MARKWALD (2001), existem inúmeros trabalhos empíricos que se ocupam do assunto. A abundância reflete, obviamente, a existência de controvérsias, alimentadas tanto por discrepâncias que dizem respeito à mensuração como à interpretação do fenômeno. Há, contudo, pelo menos três resultados que, em virtude de sua robustez, convocam o consenso:

- a) a década de 90 assinala uma ruptura na tendência de declínio ou de estagnação da taxa de produtividade observada ao longo dos anos 80;
- b) a despeito de inúmeros problemas de mensuração, o incremento de produtividade verificado a partir dessa inflexão parece ter sido muito significativo;

¹² Vide tabelas 10 e 11, capítulo 4.

- c) a quebra de tendência na evolução da produtividade ocorre logo no início da década de 90, coincidindo com a rápida queda das taxas alfandegárias e a eliminação das barreiras não tarifárias à importação e precedendo, portanto, à estabilização.

De fato, muitos autores destacam que no período 1991/97, todos os setores apresentaram ganhos de produtividade e atribuem, com base no comportamento particularmente notável de alguns segmentos indústrias mais expostos à competição externa, um papel relevante à abertura comercial na explicação desse desempenho. Os setores têxtil, máquinas e equipamentos, material elétrico e comunicações, material de transporte e química, tiveram substancial aumento da produtividade, conforme a análise empregada no capítulo 4.

MUENDLER¹³ citado por MARKWALD (2001), examinou a evolução da PTF em firmas de tamanho médio e grande, no período 1986-98, a partir de dados da PIA (Pesquisa Industrial Anual do IBGE). O objetivo do trabalho era determinar e quantificar a importância do maior acesso a bens de capital e insumos importados; da pressão competitiva, em decorrência da redução dos níveis de proteção; e do deslocamento do mercado das firmas menos eficientes, redundando no aumento de *market-share* das empresas sobreviventes e, conseqüentemente, no incremento da produtividade setorial.

Os resultados reportados por MUENDLER (2001), apontam que a substituição de insumos domésticos por insumos importados de maior qualidade parece não ter tido qualquer impacto mais significativo sobre a produtividade das firmas. De outro lado, o impacto da maior competição externa parece ter sido muito relevante: reduções nas tarifas, mesmo quando pequenas, parecem induzir mudanças importantes na PTF das empresas industriais brasileiras de porte médio e grande. Por último, o trabalho mostrou que a probabilidade de sobrevivência das firmas reduziu-se com a abertura comercial, contribuindo para que as empresas industriais menos eficientes fossem compelidas a encerrar suas atividades. Mesmo sem poder estabelecer uma relação causal entre esse efeito e o aumento da produtividade,

¹³ MUENDLER, M. A. **Trade, Technology, and Productivity: A Study of Brazilian Manufacturers, 1935-98** (Mimeo), Maio. University of Califórnia, Berkeley e PUC/RJ, 2001.

MUENDLER (2001) sugere que esse canal é forte candidato para explicar as mudanças no desempenho produtivo das firmas industriais após a liberalização (MARKWALD, 2001).

5.2 MERCADO DE TRABALHO

A análise empreendida até o momento aponta que as condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro se alteraram substancialmente ao longo dos anos 90. As relações entre estrutura produtiva e emprego se estabelecem em novas bases com a adoção de uma nova política econômica ancorada em uma abertura externa rápida e abrupta com eliminação de parte da capacidade produtiva de segmentos de atividade importantes. Existem fortes pressões por aumentos sistemáticos de produtividade, que têm na redução direta dos custos sua fonte principal. Esse processo de reorganização causou prejuízos diretos ao nível de emprego.

As transformações ocorridas no emprego são consequência dos efeitos da racionalização produtiva em virtude do processo de abertura econômica. A sobrevivência empresarial passou, neste contexto, a depender da uma estrutura produtiva com menores custos, maior capacidade produtiva e um volume de emprego de menor dimensão.

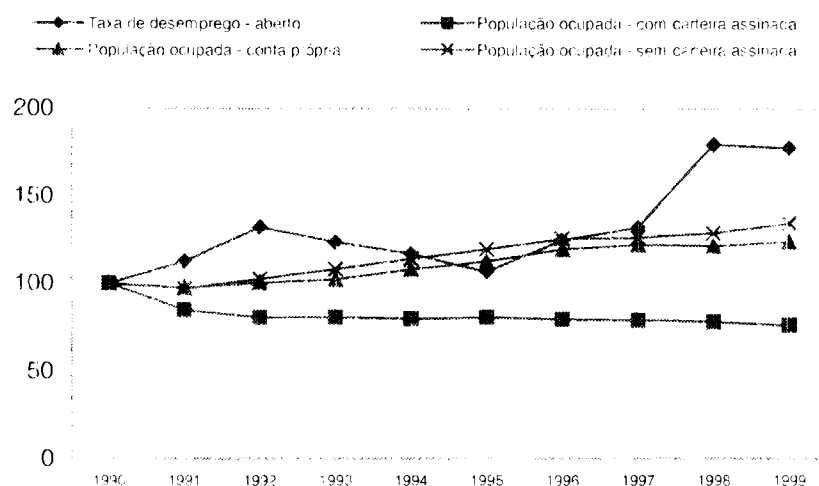
Para DEDECCA (1998) “as novas condições de funcionamento da estrutura produtiva e do mercado de trabalho ocorrem através de um processo de reorganização produtiva que permite aumentos do produto com estabilidade ou queda do nível de emprego”. Como mostrado nas indústrias de máquinas e equipamentos, automobilística, química entre outras analisadas, ocorre uma divergência entre a evolução do produto e do emprego,.

Quando observamos a estrutura do emprego no Brasil podemos perceber que as mudanças nas estratégias organizacionais não contribuíram para a melhora da estrutura de ocupações. Houve a partir da década de 1990 uma redução significativa do emprego formal com carteira assinada, reduzindo 75% ao longo do período, o total de trabalhadores empregados em 1990 era de 9,6 milhões de trabalhadores, enquanto em 1999 totalizavam 7,2 milhões. Esse movimento foi particularmente determinado pela diminuição de postos de trabalho na Indústria de Transformação.

Os trabalhadores empregados sem carteira assinada aumentaram 34% entre 1990 e 1999, passando de 3,2 milhões para 4,3 milhões de pessoas. “Essa contração do nível de emprego formal ocorrida nos primeiros anos da década teve como alvo a demissão dos trabalhadores menos qualificados, em especial daqueles com baixo nível educacional e menor tempo de serviço” (DEDECCA, 1998).

As altas taxas de desemprego apresentadas no período em questão contribuíram para o aumento da informalidade. O setor informal da economia passou a absorver grande parte dos trabalhadores dispensados da indústria em decorrência das mudanças estruturais ocorridas neste período. A população ocupada por conta própria era em 1990 de 3,1 milhões de trabalhadores em 1999 este total era de cerca de 3,8 milhões, aumentando cerca de 24% durante o período.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA, SEM CARTEIRA E POR CONTA PRÓPRIA – BRASIL 1990-1999.



FCNTE: Elaboração própria a partir de IPEADATA.

GUILHOTO E HILGEMBERG (2004) procuraram identificar os efeitos do plano de estabilização do nível de preços e do processo de abertura econômica nos setores produtivos. Segundo os autores, setores como a agropecuária modernizaram seu processo de produção, e ao mesmo tempo em que aumentaram sua produtividade diminuíram a sua capacidade de geração de postos de trabalho. O setor industrial apresentou-se dependente de insumos importados e diminuiu sua capacidade de gerar empregos, o setor de serviços, por sua vez, consolidou-se como grande gerador ou absorvedor de mão-de-obra.

Em decorrência do impacto da abertura econômica, nesta análise, o mercado de trabalho apresenta uma queda na capacidade de geração de postos de trabalho em toda a economia. Para os autores, a economia passou a ser grande importadora de produtos intensivos em capital e exportadora de produtos intensivos em trabalho, implicando mudanças na estrutura de postos em trabalho.

A partir da década de 1990 o avanço tecnológico impulsionou importantes mudanças no cenário econômico de diversos países. A ciência e a tecnologia passaram a ser determinantes no desenvolvimento econômico das economias. Os setores de tecnologia de informação, comunicação, automação, etc, passaram a ter maior participação relativa na produção e no emprego. Isso ocasionou aumento da produtividade, e a formação de novos padrões de concorrência internacional. Neste contexto, o mercado de trabalho passa a ser diretamente atingido por essas inovações.

Se por um lado o crescimento progressivo do setor detentor de tecnologia representa uma nova força indutora na economia, por outro preocupa à medida que se constata uma crescente dependência da produção nacional de eletrônicos no fornecimento de componentes produzidos no exterior.

Enquanto vários países vêm obtendo participação relativa do setor de tecnologia na produção e no emprego, o Brasil vem registrando sinais de regressão neste setor da economia. Nos últimos anos, “não apenas a indústria de tecnologia de informação e comunicação (ITIC) reduziu a sua presença no PIB (de 2,7 para 2,1%)” (POCHMANN, 2001 p. 75), como pudemos observar que, com base na análise do setor de material elétrico e comunicações, que o nível de emprego foi se reduzindo durante toda a década, chegando em 1999 a representar apenas 49,85% do total empregado em 1990.

Para POCHMANN (2001, p. 76) a estrutura industrial que vem se configurando na década de 1990, evidencia que os segmentos de montagem vêm ganhando importância em relação aos de produção. O país está deixando de ser um produtor de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e valor agregado e passando a assumir uma posição de mais próxima a de montagem e comprador de novas tecnologias. Paralelo a isso cresce a dependência do país na aquisição de produtos importados de maior valor tecnológico, impondo déficit na balança comercial.

As dificuldades encontradas acerca das novas tecnologias residem no fato destas serem de difícil transferência de um país a outro nos termos em que são utilizadas no comércio internacional realizado pelo Brasil.

Ainda que as grandes corporações transnacionais possam descentralizar algumas de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, estas não realizam um grande volume de pesquisas no exterior ao ponto em que o país possa se beneficiar destas realizações. “Isto resulta do fato das pesquisas de tecnologia estarem condicionadas às decisões políticas e institucionais” (POCHMANN 2001 p. 76).

Retomando a idéia de PASINETTI (1993), para que um país possa se beneficiar das vantagens proporcionadas pelo comércio internacional, este deve absorver os conhecimentos disponíveis nessas relações. Podemos perceber porém, que as evidências apresentadas após do processo de abertura comercial não perfilam para uma situação em que os benefícios apresentados por PASINETTI (1993) possam se materializar.

No que tange a obtenção de crescimento econômico pode-se fazer algumas observações com relação à condução e conseqüências do processo de abertura comercial no Brasil e as teorias de desenvolvimento apresentadas no capítulo 2:

- a) na condução do processo de abertura comercial no Brasil não foi dada a devida ênfase à crescente importância da tecnologia nos processos produtivos. Isto ocasionou a exposição dos produtores nacionais a uma concorrência à qual não estavam preparados, além de uma relação com empresas estrangeiras que não gerava a absorção de novas tecnologias a fim de beneficiar a produção e o mercado de trabalho brasileiro;
- b) o processo de abertura comercial gerou o aumento das exportações de produtos primários e das importações de produtos industrializados, aumentando o déficit comercial. Apesar do processo de reestruturação industrial pelo qual passou o país, não foi possível a contenção da deterioração dos termos de troca, e obtenção de ganhos advindos do progresso técnico dos países exportadores de produtos industrializados;

- c) o aumento dos investimentos no setor produtivo não foi suficiente para geração de empregos e absorção da mão-de-obra dispensada pelo setor agrícola brasileiro. O processo de reestruturação produtiva, pelo contrário, gerou uma redução do pessoal ocupado na indústria, ocasionando aumento da precarização das relações de trabalho, da informalidade e do desemprego;

- d) para que os prejuízos à indústria brasileira fossem evitados seria importante a percepção da importância do desenvolvimento de sistemas de inovação para incorporação das novas tecnologias existentes no mercado internacional. Para que isso ocorresse seria necessário a criação de arranjos institucionais entre empresas, universidades e governos, apoiando em política ativa de desenvolvimento tecnológico e crescentes recursos em pesquisa e tecnologia.

Através da aplicação de instrumentos apontados teoricamente como indutores do desenvolvimento na condução do processo o Brasil poderia se beneficiar de sua inserção no comércio internacional, gerando um maior desenvolvimento econômico que pudesse ser usufruído tanto aos produtores nacionais como pelo mercado de trabalho.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu analisar empiricamente, os efeitos da abertura comercial na economia brasileira e na estrutura do emprego, no período de 1990 a 1999. A pesquisa visou identificar a ocorrência de transformações na estrutura produtiva brasileira e as conseqüências na alocação da mão-de-obra nos setores da indústria de transformação.

A economia internacional passou por uma grande transformação nas décadas de 1980 e 1990 o processo de globalização. A ênfase na validade das políticas liberais, aliada às dificuldades da economia brasileira no que tange a estabilização de preços, juntamente com o esgotamento do modelo de substituição das importações vigente até então, contribuíram para evidenciar a necessidade de se adotar um novo modelo econômico para o país.

Iniciou-se uma reforma comercial que acarretaria em vantagens através do aumento generalizado da produtividade, resultado da maior exposição dos produtores locais à concorrência internacional. A elevação das escalas de produção e a introdução de inovações tecnológicas, contribuiriam para a organização do processo produtivo, e para a expansão da base tecnológica das firmas. Previam-se também, benefícios aos setores intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação, dentre inúmeros outros.

Os fatos indicam que a economia brasileira, precisava estar preparada para conseguir se beneficiar das oportunidades que esse novo regime de comércio proporcionaria. O que houve no entanto, foi que em função da estagnação do crescimento industrial e do atraso tecnológico a que a indústria foi submetida década de 80, esta não se mostrou preparada concorrer internacionalmente.

Essa exposição da economia induziu as empresas locais a buscarem padrões internacionais de competitividade, isso implicou em profundos reajustes na estrutura da produção brasileira. As principais conseqüências desse ajuste puderam ser percebidas nas modificações do mercado de trabalho na década de 90.

Apesar do aumento do consumo na economia brasileira, após a implantação do Plano Real, observou-se que houve uma grande diminuição do nível de emprego na indústria. Esse aumento do desemprego pode ser conseqüência da estratégia de estabilização cambial, provocando um aumento do coeficiente importador. Este fator

pode ter sido agravado pela ausência de proteções à concorrência dos produtos importados, sacrificando os produtores locais e gerando impacto no nível de emprego.

Embora os indicadores de aumento da produtividade tenham se mostrado positivos, é notável a distorção entre estes resultados e as conseqüências no mercado de trabalho e no saldo comercial. Houve dificuldade em promover o aumento das exportações à taxas necessárias para gerar superávits, e os setores que mantiveram altas taxas de exportações foram aqueles já tradicionalmente exportadores. Além disso, existe forte evidência que grande parte da produção industrial nacional é voltada para o mercado interno, ou seja, a abertura comercial não gerou aumento das exportações industriais na dimensão que se esperava. Não ocorreu também, aumento do consumo em proporção suficiente para que o pessoal dispensado pelo aumento das importações fosse direcionado para setores mais dinâmicos da indústria.

O processo de reestruturação produtiva promoveu o aumento do consumo final intermediário de componentes importados, gerando o enfraquecimento da cadeia produtiva além da redução do nível de emprego.

É evidente a precarização do mercado de trabalho em decorrência das mudanças ocorridas na economia. O índice de desemprego e informalidade aumentou no período, fruto do processo de reorganização tecnológica, o que reduziu a capacidade de geração de emprego.

Estas constatações demonstram a necessidade de um esforço para implementação de políticas de incentivo adequadas às especificidades da indústria brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, R. E.; MEIER, G. M. **Desenvolvimento Econômico**. Teoria, história, política. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

BRITTO, G. **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil**. Um Estudo dos Coeficientes de Comércio. Disponível em: <<http://www.unicamp.gov.br>>. Acesso em: 30.ago.2005

DEDECCA, C. S. **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90**. In: OLIVEIRA, M. A. de, org. **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/ IE, 1998.

FALCÃO, C. et al. **Índices de preço e quantum das importações brasileiras**. Texto para discussão n. 133. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1998.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GONÇALVES, F. O; TEIXEIRA, J. R. **Structural changes and internacional trade: the natural exchange rate**. Paris: CEPREMAP, 2002.

GUILHOTO, J.; HILGEMBERG, C. **Abertura econômica e seus efeitos no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990**. Economia Aplicada. V.8 n. 4, 2004.

GUIMARÃES, E. A. et al. **Índices de preço e quantum das exportações brasileiras**. Texto para discussão n. 121. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1997.

IBGE. **Indicadores Conjunturais da Indústria: Emprego e Salário**. Rio de Janeiro, 2004. (Série Relatórios Metodológicos, v. 27) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 ago. 2005.

IBGE. **Indicadores Conjunturais da Indústria. Produção**. Rio de Janeiro, 2004. (Série Relatórios Metodológicos, v. 31). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 ago. 2005.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais: Brasil**. Rio de Janeiro, 2003. (Série Relatórios Metodológicos, v. 24) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 ago. 2005.

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1983.

MARKWALD, R. A. **O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década**. Disponível em:<<http://www.funcex.com.br>> Acesso em: 15 ago. 2004

MOREIRA, M. M.; NAJBERG, S. **Abertura comercial: criando ou exportando empregos?** Pesquisa e Planejamento Econômico, v.28. Agosto 1998.

PASINETTI, L. L. **Structural economic dynamics**. A theory of the economic consequences of human learning. Cambridge University Press, 1993. .

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TODARO, M. **Economic of Development**. London: Routledge, 1997.